

# COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

## LUTAS SOCIAIS NOS BAIRROS



PORTO DA PAIÃ

- Moradores discutem  
os Problemas do seu bairro

SÃO PEDRO da COVA  
Depois das minas...

NIEUWMARKT-HOLANDA

- Como defender as  
ocupações



**SUPLEMENTO**

# PORTO DA PAIÃ

## continuar a luta nos tempos difíceis



Queramos ou não, nunca uma sociedade como a actual, em que as classes sociais fundamentais e os variados grupos sociais se interpenetram, são raros os processos de luta que não juntam grupos sociais que possuem, na verdade, objectivos últimos bem diversos. Quando os processos de luta perduram e se desenvolvem, os antagonismos entre os vários grupos sociais explodem a certo momento dessa expansão. Mas na maioria dos casos os processos de luta degradam-se ou suspendem-se sem chegarem a tal ponto de ruptura, e então não são claramente visíveis os antagonismos entre os grupos sociais que se integravam nesse processo. Em tais casos é preciso proceder a uma análise mais detalhada dos processos de luta, escutar pessoas cujas posições possam exprimir os vários grupos intervenientes e, sobretudo, distinguir muito bem entre as formas de organização que cada um desses grupos sociais pronuncia e passava à prática. Qual o carácter das reuniões que se efectuavam? Como eram elas conduzidas? Qual a forma de participação dos trabalhadores e a sua actividade? — são estas algumas das questões fundamentais que nos permitem ver, por detrás de um processo de luta aparentemente uno, as várias posições contraditórias que se debatem.

A entrevista que se segue permite-nos compreender um dos casos concretos em que o movimento dos moradores deixou de ser uma luta autónoma e de massas e passou a ser limitado pela generalidade dos moradores como uma prestação de serviços vista do exterior. Mas permite também ver como essa degenerescência correspondia exactamente aos desejos e à actuação da tecnocracia do poder central. Deixa-nos também compreender a situação ambígua e muito difícil em que se vêm colocados trabalhadores revolucionários e activistas que querem continuar a levar a cabo uma prática revolucionária numa altura em que o grupo dos trabalhadores se afastam da acção revolucionária directa.

Esta entrevista foi realizada em Março de 1977 com elementos da Associação de Moradores do Porto da Paia (arredores de Lisboa), outros moradores e um arquitecto; outros moradores ainda estavam presentes. Os problemas abordados referem-se tanto ao Porto da Paia como ao Casal do Cochicho (bairro de lata próximo) e ao Casal da Serra.

«Como por ver como um arquitecto dos SAAL, tecnocrata ligado ao poder central, encara quer o aparecimento do processo de luta, quer as suas funções.

«uma A.M., cada uma com funções determinadas. A partir deste momento a A.M. passou a estar muito ligada ao desenvolvimento do processo SAAL.

**COMBATE** - O desaparecimento dos SAAL que problemas trouxe ao desenvolvimento do vosso projecto?

**Arquitecto** - A extinção do SAAL causou problemas a todos os níveis da actuação do SAAL. Esta operação tinha uma grande vantagem em relação a outras operações: é que o terreno para a edificação do novo bairro já era propriedade do Estado, da Junta Distrital de Lisboa: Não havia problemas de expropriação, nem de separação de contabilidade pública, nem de ter de se pagar os terrenos (porque em geral, estes terrenos expropriados a nível SAAL têm de ser pagos). O processo tinha tido uma série de atrasos nas relações com o Governo Civil e exactamente no momento que estava a arrancar já bem, com tudo resolvido, foi o momento em que a extinção do SAAL levou a que comessem a faltar determinadas possibilidades de ordem técnica. Na altura em que o SAAL foi extinto, a equipa que trabalhava neste processo tinha combinado com o SAAL que era necessário introduzir novos elementos de ordem técnica, concretamente engenheiros, para podermos seguir o processo. Assim, deixou de haver esta possibilidade e o processo passou a ter atrasos, na medida em que a responsabilidade passou para as Câmaras. A Câmara ainda não teve possibilidade, ou ainda não foi capaz, de resolver estes problemas, e o processo está neste impasse. Faltam técnicos de determinadas especialidades e não há ninguém que se responsabilize, que resolva o problema da entrada desses técnicos.

**COMBATE** - A que se remetem os projectos SAAL aqui nesta região?

**Arquitecto** - À construção de habitação: em várias reuniões tinha-se decidido com a população a optar pela habitação tipo uni-familiar, tipo moradia com dois pisos. O projecto dessas casas a nível de arquitectura e de urbanização geral está feito, falta agora o projecto de sanidade, esgotos, água, electricidade e o projecto de infra-estruturas da parte de urbanização.

**COMBATE** - E a nível prático o que é que existe?

**Arquitecto** - Foi feito um inquérito, um levantamento à situação das pessoas.

## Fala um arquitecto

**Arquitecto** - O que se passou foi isto: existia o SAAL e, a certa altura, o SAAL foi contactado por alguns elementos da Comissão de Moradores do Porto da Paia, no sentido de ver se era possível promover uma operação SAAL no Casal do Cochicho. Os primeiros contactos da então C. de Moradores com o SAAL foram no verão de 75, visto que a operação Casal do Cochicho iniciou-se oficialmente em Outubro de 75.

**Morador A** - Os primeiros contactos com o SAAL começaram em Junho de 75, juntamente com o bairro de Angola, o bairro da Tonica, etc., quando começaram os primeiros despejos no bairro de Angola e depois aqui.

**Arquitecto** - A certa altura, como dentro da zona geográfica do Porto da Paia também havia problemas de habitação, e não só no Casal do Cochicho, a C. de Moradores pensou se seria possível a operação SAAL ser alargada a todo o Porto da Paia. O problema foi posto ao SAAL. Do ponto de vista do

SAAL não havia problema nenhum e nesse momento a operação alargou-se a todo o Porto da Paia. A partir daí foi a Comissão de Moradores do Porto da Paia em globo a conduzir o processo juntamente com os técnicos dos SAAL. Entretanto, surgiram determinados problemas entre a C.M. (Comissão de Moradores) e a população. Isso coincide, no andamento do processo SAAL, com o momento em que começa a ser necessário a criação de uma Associação de Moradores (A.M.). De acordo com os estatutos da criação do SAAL exigia-se a existência de uma A.M. com estatutos aprovados obedecendo a um mínimo de regras, para ser possível caber dentro desse despacho e, portanto, ser passível dos empréstimos e dos subsídios a fundo perdido para a construção de casas. A certa altura foi criada esta A.M. integrando gente do Porto da Paia e do Casal do Cochicho. Isto coincide historicamente com o momento em que as questões internas da C.M. levavam a que esta se dissolvesse e ficasse só a Associação. Isto aconteceu com os nossos sítios não. Por exemplo: no bairro de Angola coexistem uma C.M.

De ordem mais técnica, prepararam-se todos os contactos necessários com a Junta Distrital de Lisboa, com o Governo Civil, para conseguirmos chegar a acordo para a cedência do terreno com a Escola Agrícola da Paia que é a entidade a quem o uso do terreno está entregue pela Junta. Tudo isto foi demorado porque coincidiu com o período eleitoral, quando os despachos demoravam muito tempo.

#### COMBATE - Quantas habitações são?

**Arquitecto** - Não sei exactamente, porque a dada altura a Escola Agrícola mostrou interesse que pudesse ver no estudo a possibilidade de habitação para funcionários da escola. Pareceu-nos boa ideia fazer um estudo de conjunto, e dos benefícios da mesma urbanização podiam ganhar os funcionários da escola e os membros da Associação. Portanto, optou-se por se fazer um estudo do aproveitamento geral do terreno e obter o máximo de habitações possíveis. Neste momento o estudo está feito para 102 habitações, contando já com 24 que se consideram de reserva, o que para o número de sócios da Associação parece suficiente.

Por outro lado, foi feito o ficheiro das famílias com base no inquérito. A partir daí, ou concomitante com isso, começou-se a discutir os estatutos da Associação. O período de discussão foi muito importante, e isso era uma coisa que o SAAL normalmente dava sempre a ideia de ser feita com calma, que não devia ser apressada porque a própria discussão dos estatutos era o que ajudava as pessoas, todas em conjunto, a tratar dos próprios problemas e a consciencializar-se de certos problemas: quando as pessoas têm que definir num estatuto que a opção da casa é desta ou daquela maneira, se a casa se transmite à família ou não, se a casa é paga proporcionalmente aos rendimentos ou à área, que pessoas têm prioridade às casas, por trás disto que podem parecer problemas meramente burocráticos de estatutos, estão problemas ideológicos claros. Todas estas coisas levaram meses de discussão que levaram a alicerçar e a descobrir uma vontade comum das pessoas que evidentemente é claramente informada pela ideologia dominante que as pessoas tiveram.

A intervenção do arquitecto reflecta, como seria aliás de esperar, o ponto de vista dos SAAL. Não se tratava, para o SAAL, de aceitar a autonomia do movimento de ocupações de casas e das movimentações dos habitantes em geral, mas de integrar esses movimentos na planificação central dos técnicos governamentais.

Durante os períodos de funcionamento normal do Estado capitalista o poder central possui um aparelho executivo próprio, que passa à prática as suas decisões. Mas, no período que mediu, em geral, desde o 25 de Abril até fins de 1975, o aparelho executivo local do Estado esborrou-se e, em muitos casos, desfez-se completamente. A linha política dita *Gonçalveta*, em que os SAAL se integraram, caracterizou-se precisamente pelo seu esforço de integração das iniciativas autónomas dos trabalhadores no aparelho central do governo; deste modo, um governo que tinha perdido muitos dos seus órgãos executivos locais subsistia mediante o aproveitamento burocratizado das iniciativas dos trabalhadores, desde que se verificassem duas condições: 1) que fossem o governo ou os seus agentes directos a controlar a unificação das várias lutas autónomas, sem que elas se unificassem ao próprio nível da sua autonomia; 2) que as formas sociais do movimento perdessem cada vez mais o carácter de autonomia, destacando as formas burocráticas e elitistas de organização. A manutenção destas duas condições foi absolutamente necessária para o Estado capitalista se ter mantido durante o período referido, sem ser varrido pela maré viva das lutas proletárias.

Que nos mostra esta entrevista?

Para o preenchimento da primeira condição, os técnicos do SAAL procuram assumir a condução de cada processo e assim, desde o início, a centralização dos vários processos. E quando, por variadas razões, um processo entrava em refluxo, ou os habitantes se desviavam da Comissão, os SAAL, mantendo artificialmente a Comissão, passavam por esse modo a dispor de um aparelho local, burocrático porque não era já uma enanação directa do movimento autónomo e espontâneo. Isto é claramente visível no que se afirma, na entrevista, quanto à dependência da Associação de Moradores relativamente aos SAAL, o que não acontecia com a anterior Comissão de Moradores.

O preenchimento da segunda condição é flagrante quando se afirma na entrevista, por exemplo, que "é a discussão dos estatutos que leva as pessoas a consciencializarem-se dos problemas". Em nosso entender, é a luta imediata e directa dos habitantes em defesa dos seus direitos e pela resolução das suas necessidades que os leva a tomar consciência dos problemas. Quando os estatutos resultam da iniciativa autónoma dos moradores, estes, ao deliberarem, estão já inteiramente conscientes dos problemas, porque lutaram já pela sua resolução. E, quando os habitantes têm consciência das formas concretas como os seus problemas podem ser resolvidos, então essa consciência não pode nunca resultar senão da luta prática; discutir projectos de estatutos sem se ter previamente a experiência prática da resolução dos problemas só pode levar à aceitação passiva, por parte da população, das propostas feitas pelos agentes do poder de Estado, consoante os interesses do aparelho estadual.

Foi porque pode prosseguir este tipo de processos que o capitalismo de Estado português percurou durante os anos de 1974 e 1975, suprindo as deficiências resultantes do descalabro dos seus aparelhos executivos locais. E foi porque conseguiu levar a cabo este tipo de reorganização que pode agora ultrapassar tal fase e estruturar-se inteiramente tendo por base um aparelho executivo e técnico próprio. O *Gonçalvismo* e o *Sarismo* não estão em antagonismo, mas correspondem a fases diferentes, e sucessivas, de resolução de um mesmo problema central.

Para um técnico do poder central a prestação de serviços surge abstractamente em relação às necessidades da população. E é a população que tem de se integrar nas estruturas dos organismos desse poder central — daí os estatutos como veículo ideológico ni-



mero um! — mas para os habitantes trabalhadores a luta surge das necessidades concretas e são os episódios do quotidiano, a que um tecnocrata chamaria "pequenos momentos", que assumem maior importância.

Falará agora um operário de uma grande empresa industrial, e que tem sido dos principais animadores da Comissão de Moradores, primeiro e, agora, da Associação de Moradores (que designaremos por A nesta entrevista). A seguir falará também o trabalhador B (que tem também tido actividade nestas lutas) e o trabalhador C (que nunca pertenceu às comissões mas que tem acompanhado o processo de luta desde Agosto de 1975).

## Como nasceu a A.M.

**COMBATE** - Como é que se formou a C.M., quais foram os aspectos de luta mais importantes aqui e porque é que vocês depois decidiram dissolver a C.M. e criar a A.M.?

**Morador A** - A A.M. não começou com a expropriação de qualquer terreno, mas começou de uma maneira bastante típica, mas com uma certa desordem.

Passando eu pela estrada vi um casal andar à pancada por causa de uma barraca do bairro do Cochicho. Para ver o que se passava ali cheguei um "hanim" do Regimento de Engenharia Um e já lá tinha ido a GNR. Passava-se o seguinte: o marido, isto é o homem que vivia com ela, queria queimar a barraca porque havia entre eles umas certas divergências. Nessa altura chegou também a GNR e conduziu o senhor ao posto para evitar mais problemas. Eu fui atrás da GNR até ao posto e perguntei ao senhor porque é que queria queimar a barraca. Disse-me que tinha sido ele a montar a barraca. Perguntei-lhe quanto é que ele queria para não queimar a barraca. Respondeu-me que só queria que lhe pagassem o trabalho dos dias em que lá trabalhou. Como tinha lá trabalhado dois dias e ganhava 100\$00 por dia, eu tirei da minha algebrilha 200\$00 e dei-lhe (este dinheiro foi-me depois devolvido pela Comissão), e ele assinou um documento declarando que não queimava a barraca. Dias depois fui destacado para essa zona para lá levar o

(cont. na p.9)

# S. PEDRO da COVA-

## DAS MINAS À LUTA A

Publicamos a seguir uma entrevista realizada com quatro elementos da Associação de Moradores de Vale do Souto e Aldeia.

Vale do Souto e Aldeia é um lugar de S. Pedro da Cova, situando-se na zona central da região mineira.

A Associação apareceu não só pela necessidade imposta pelos problemas habitacionais como também o Centro Revolucionário Mineiro, enquanto núcleo inicial da organização das populações locais, motivou a criação de outras estruturas capazes de responder à especificidade dos novos problemas levantados.

Estes camaradas contam-nos aqui como estão dispostos a lutar e como lutam:

- Contra a tentativa de absorção das Associações de Moradores pelos órgãos institucionais: Câmaras, Juntas de Freguesia, etc.

- Pela resolução dos problemas habitacionais -- com ou sem SAAL -- culturais e todos os outros que afligem os moradores em geral.

## Assim começou...

**COMBATE** - Como surgiu a Comissão de Moradores (C.M.), hoje Associação de Moradores (A.M.) do Vale do Souto?

**Morador X** - Começou um dia quando estava a reunir o Centro Revolucionário Mineiro (C.R.M.) e algumas C.M.s. já formadas. A certa altura falou-se no problema do pagamento de rendas das casas da antiga companhia das minas. Daí, os moradores do Vale do Souto teriam de pagar a renda no Passal ou então em qualquer outra Comissão, no Bairro, ou coisa no género. Como era longe, resolveu-se formar a C.M. aqui no Vale do Souto.

**Morador Y** - A C.M. foi eleita por uma parte da população que quis assistir, e a população é que elegeu as pessoas para estar à frente da C.M..

**COMBATE** - A C.M. nasce, portanto, de um caso concreto: a quem pagar as rendas? Ao Cid Monteiro ou à Comissão eleita pela população, segundo as decisões tomadas no primeiro plenário do C.R.M. (Ver **COMBATE** nº28 de 30/9/75).

**Morador Y** - Esse é um dos problemas. Depois há aqueles problemas todos com os moradores. Em Vale do Souto até há relativamente poucas casas que pagavam renda ao Cid Monteiro. O problema era, de facto, o pagamento das rendas das casas da ex-companhia das minas. É o problema geral de todas as

C.M.s. que têm problemas, como nós temos, que é de receber as rendas.

**COMBATE** - Antes da formação do C.R.M. o mau estado das casas motivou alguma movimentação dos moradores contra a administração das minas?

**Morador X** - Um ano antes da ocupação das casas (formação do C.R.M.) tinha feito um pedido à companhia para me arranjar a casa, que estava mesmo para vir para cima de mim, da minha mulher e dos meus filhos. O Cid Monteiro, ou quero dizer, o Zeca Santos, mandou-me lá ir passados dois dias a casa dele depois de ter enviado uma carta registada lá para os escritórios. Fui lá, perguntou-me o que é que a casa precisava -- farto de saber como a casa estava! -- eu disse o que era preciso e ele disse que aguardasse alguns dias até que o arquitecto viesse ver aquilo. O arquitecto veio ali, concordou com tudo o que devia ser arranjado.

Uma coisa é certa, eles punham-me o material e eu que arranjasse. Pareceu-me que fazer obras e pagar rendas aos outros não está certo. Passado quase um ano, um mês antes da ocupação, falei com o Zeca Santos a perguntar quando é que as obras começavam, e ele disse que se eu quisesse obras na casa que as fizesse à minha conta, porque a companhia não fazia obras; sem outra explicação.

**Morador Z** - Tinha ido à Câmara, porque havia umas noções em que a Câmara obrigava o patroa a fazer obras; fui lá pedir e eles indicaram-me como é que devia de proceder para o obrigar a fazer as obras. Entretanto, surgiu a ocupação disto e, claro, depois não voltei mais à Câmara para o obrigar a fazer as obras porque ele deixou de mandar nisto, e agora aguarda-se que o governo faça aquilo que prometeu para se fazer obras nas casas em condições.

**Morador W** - Bem, parece-me que a nossa Associação nasceu devido ao seguinte: é que o C.R.M. depois da tomada de todos estes terrenos e escritórios das minas, sentimos, os moradores de Vale do Souto, que seria de fazer uma C.M. devido ao C.R.M. não ter pessoas que pudessem arcar com toda a responsabilidade.

Houve divisão de tarefas pelas diversas C.M.s. Nós começámos a receber as rendas que eram para fazer obras nas casas da companhia que nessa altura foram baixadas em cerca de 60% -- uma média de 60% -- e fizeram-se algumas obras, embora não se fizessem aquelas que nós desejásemos ter feito porque as casas estão em precárias

condições.

**COMBATE** - A formação do C.R.M. teria sido importante para resolver os problemas das casas? Se não surgisse o C.R.M. teria havido movimentação da população reivindicando a melhoria do estado das casas?

**Morador Z** - A esse respeito... se não fossem essas almas caridosas que ocuparam isto, tenho a certeza que nesta altura já tinham caído casas por cima das pessoas que nelas habitam.

Aqui, nisso não acredito muito; nós não éramos conhecedores da força que a política daquele momento nos dava. Podíamos, na verdade, ter-nos organizado cá, antes da ocupação do Centro e irmos para a luta, porque ela era justa, porque não se admitia que quem levava daqui à volta de cem contos mensais se desse ao luxo de dizer que antes queria que as casas caíssem por cima de quem morava nelas do que deitar uma telha sequer. Há pessoas que podem testemunhar isto.

Agora, só se o Governo der aquilo que prometeu, que está no programa do SAAL que eles dizem que vai ser cumprido na íntegra, é que as casas poderão ser salvas, porque não é com o dinheiro das rendas que é pouco. Nesta altura, se quiséssemos arranjar uma casa em condições não podíamos. Limitamo-nos a fazer uns remendos aqui e acolá; a ver se o governo se debruça sobre isto e se dá os 90 contos, que é o fundo perdido. Estou convencido que os que habitam hoje em más condições irão ter amanhã casa digna que possa ser habitada; fora disso não vejo possibilidade.

CENTRO REVOLUCIONÁRIO MINEIRO



**Morador Y** - Em relação à pergunta, feita há pouco, sobre se o povo se organizava ou não para resolver o problema das casas, eu não sei, mas qualquer dia acabavam por tomar consciência. Sabes que as pessoas que vivem nos bairros das minas, principalmente no Passal e no Bairro, não saca as pes-

# CÉU ABERTO

soas que têm maior consciência de classe e, por tal motivo, acho que não era assim, logo a seguir, um ano depois do 25 de Abril que eles iam reivindicar os seus direitos junto do patrão. Mas acho que qualquer dia eram capazes de se organizar mesmo para tentar resolver os problemas com ou sem o C.R.M.. Não há dúvida que foi o Centro o grande impulsionador das C.Ms. em S. Pedro da Cova. Logo após a ocupação do Centro começaram a haver 16 ou 17 C.Ms. quando antes havia só 2 ou 3.

**COMBATE** - Porquê a transformação das Comissões de Moradores em Associações? Por causas jurídicas ou outras?

**Morador Y** - Em relação à passagem das C.Ms. a A.Ms. era de toda a conveniência por questões jurídicas. A malta de um momento para o outro pode ter problemas jurídicos, e neste momento estamos a tê-los com o Cid Monteiro: se ele um dia quiser atirar-se para cima de um gajo ou dois isoladamente, à partida, não pode pois somos uma Associação. Ninguém liga puto a uma C.M. e até podem atacar um indivíduo isoladamente, pois não há nada que diga quem são os gajos que pertencem à C.M., enquanto numa A.M. é diferente. Depois há também o problema da SAAL, foi-nos dito que era de toda a conveniência passarmos a ser uma Associação para conseguirmos os subsídios da SAAL, ou seja, os 90 contos de fundo perdido e as massas para depois construir as casas que seriam pagas com as rendas que eles atribuíam conforme a construção da casa.

**COMBATE** - Quando a A.M. pretende fazer alguma coisa qual é o grau de participação das pessoas e o seu grau de aderência? Como é que a aderência se revela?

**Morador Y** - Acontece aqui o seguinte: a A.M. e o **CSM** estão instalados em Vale do Souto e Aldeia e, a malta desenvolve um trabalho muito dentro da casa. É lá que funcionam muitas secções: a farmácia, a sala de jogos, o convívio, o SAAL, a escola, o museu, o teatro... é um edifício muito grande, sendo necessário varrê-lo, arrumá-lo, etc. Só o trabalho de conservar o balneário, que é um edifício enorme, a casa da máquina e evitar também a ruína do edifício do C.R.M., já é um trabalho muito grande com poucas pessoas. Isto não quer dizer que não se resolvam também outros problemas.

**COMBATE** - Vocês pensam que as C.Ms. e as A.Ms. foram criadas para solucionar os problemas habitacionais ou teriam outros fins?

**Morador Y** - Na minha opinião foi só para isso.

**Morador W** - ... e para a tomada dos terrenos que estão para ser expropriados.

**COMBATE** - E a nível nacional?

**Morador Y** - Nós só podemos responder pela nossa.

**COMBATE** - E do conhecimento que têm de outras?

**Morador Y** - O problema é todo esse! Uma C.M., segundo os gajos dizem, não pode tomar posse administrativa de nada. A Câmara toma posse e depois entrega a responsabilidade da administração a uma A.M.. Para isso é necessário ter os seus estatutos, por lei. Além de ter os estatutos tem de ter o regulamento interno. Os estatutos já dizem como as quotas dos associados e a maneira do seu pagamento é decidido em assembleia geral. Só tem direito a casas os associados.

**COMBATE** - Mas a A.M. está virada para toda a gente ou só para os associados?

**Morador Y** - Está voltada para toda a zona quando seja para construir uma estrada, arranjar água, etc. No problema específico da construção de novas moradias, quem quiser uma nova moradia tem de ser obrigatoriamente membro da Associação. Quando um gajo não tiver 20800 para pagar por mês para ser associado, os estatutos dizem que os outros socios pagam por ele. Inclusive, por exemplo, as casas antes de serem construídas são distribuídas pelos moradores em Assembleia. Não somos nós, aqui no quartinho quem decide que fulano de tal precisa muito e fulano que não precisa. É decidido em Assembleia quem primeiro tem direito a casa. As casas são construídas e as pessoas pagam a renda à Associação, que por sua vez recebeu o subsídio do Estado e terá de pagá-lo. Como C.M. isso não era possível.

Ainda há o problema de um fulano que está numa casa e tem filhos, de repente morrer. Se a viúva tem possibilidades de pagar a renda que lhe foi atribuída, os associados resolvem o problema. Como? Pede-se vinte ou trinta escudos por mês a cada um e paga-se a renda da mulherzinha. Por isso é que há necessidade de passar a Comissão à Associação.

**COMBATE** - Mas a Associação para além do problema habitacional não se preocupa com outras questões? Por exemplo o que vos levou a formar a cooperativa?

**Morador W** - Nós queremos pôr as coisas mais baratas. Queremos ajudar as pessoas em geral e também as cooperativas de produção.

**COMBATE** - Têm alguns contactos com cooperativas? Já fizeram alguma jornada de apoio às cooperativas de produção?

**Morador W** - Temos vendido aqui azeite que veio de Bragança, da cooperativa dos Cortiços.

**Morador X** - Temos vendido também batatas.

**COMBATE** - Para além das ligações com o campo têm estabelecido contactos com as fábricas?

**Morador Y** - Em relação às fábricas fizemos aí uma exposição da Cincomo.

(Cooperativa de mobilário de Gondomar formada a partir da empresa Nefil)

E também já tivemos contacto com uma cooperativa de tintas. Foram os únicos contactos que tivemos até agora.

**Morador X** - Estamos a trabalhar nos estatutos dessa nossa cooperativa de consumo.



**Morador Y** - Voltando ao problema da passagem da Comissão à Associação, uma das razões, volto a dizer, são os subsídios. Só eram concedidos às Associações. Além disso surge agora uma outra coisa porreira que se nós fôssemos C.M. não teríamos. Acontece que a Câmara está na disposição de arrumar pura e simplesmente com as C.Ms. Ignorá-las. Enquanto que as Associações vai passar uma credencial para, inclusive, poderem assistir às Assembleias de Freguesia. Mais uma prova da conveniência de nós deixarmos de ser C.M. para passar a ser A.M.

**COMBATE** - A passagem de credenciais não serve de copa para que a vossa capacidade de mobilização junto dos moradores sirva para a prestação de serviços e trabalho gratuito, que competem a esses aparelhos estatais.

## Burocracia sobreposta à luta

**Morador Y** - Sabemos isso tudo perfeitamente. Mas que queres? Eles empurram-nos para a burocracia e as tomadas de força neste momento são um bocadinho difíceis. No entanto, de vez em quando, vai-se tomando uma tomada de força para com a Câmara. O SAAL foi extinto. Neste momento não se sabe o que é o SAAL, não sabemos absolutamente nada e os gajos empurram-nos para a Junta de Freguesia.

Em parte, conseguimos passar por cima da Junta e falar directamente com a Câmara. O certo é que em relação ao trabalho que possamos fazer e que competia à câmara, é possível que se esteja a desenvolver trabalhos que lhe competissem, mas se não fôssemos nós a fazê-los e a exigir que a Câmara faça outra parte, estamos tramados.

(cont. na p.14)

# NIEUWMARKT -

## moradores defendem as ocupações

NIEUWMARKT foi sempre um bairro operário. Durante a ocupação alemã da Holanda (1940-1945) transformou-se num *ghetto* (1942). A maior parte da população em Nieuwmarkt e arredores era judaica. Foi aqui que se efectuaram os primeiros *raids* fascistas em 1941 e pouco depois se iniciou a deportação do povo judeu. Depressa se fez sentir a reacção da população de Amsterdão e, em Fevereiro, uma greve geral paralisou a cidade e alastrou pelo país. Mas o movimento grevista não pôde deter a onda de terror fascista.

Agora (nos últimos 10/15 anos) o centro da cidade está a ficar despojado e as moradias estão a ser substituídas por bancos, escritórios, universidades e grandes armazéns. No começo dos anos 60 a Câmara apresentou planos para a construção de um metropolitano, com o objectivo de arranjar mais espaço para o cada vez maior número de automóveis e para a construção de mais escritórios, etc., ou seja, para adaptar a estrutura da velha cidade às exigências da sociedade capitalista moderna. O metropolitano atravessaria precisamente Nieuwmarkt.

O texto que se segue foi-nos enviado por camaradas holandeses que participaram directamente nas lutas contra os despejos da população de Nieuwmarkt.

### Das ocupações ao Comité de Acção

O Comité de Acção não surgiu por pessoas com ideias políticas preconcebidas se alojarem naquela zona e ali iniciarem um trabalho político, usando para tal as ocupações! ... O antecedente das ocupações foi, evidentemente, a enorme falta de casas, sentida especialmente pelos jovens.

Em Nieuwmarkt havia muitas casas velhas vazias, porque estava planeado para ali o Metro. As casas estavam vazias e na altura não havia uma certeza absoluta de que o Metro viesse a passar por ali. Assim as pessoas começaram a ocupá-las.

Os ocupantes reconstruíram e redecoraram as casas. Ajudaram-se mutuamente na reparação das casas mais deterioradas, comprando para tal máquinas e ferramentas em comum: tudo isto contribuiu para estreitar a cooperação entre eles.

Começou também a desenvolver-se um sentimento do género: "eh, rapazes, tenham cuidado para não atraímos muito as atenções". E, assim, começámos a pensar também na defesa. O que havia de bom em tudo isto era a solidariedade que começava a tornar-se evidente.

A princípio foi má a reacção da vizinhança. Ninguém vive satisfeito: todos os senhorios são exploradores, as casas são más, apertadas, húmidas. Por tudo isto havia sempre pessoas que não nos aceitavam bem porque não pagávamos renda. Mas, a certa altura, toda a gente pôde ver que um bairro, antes completamente demolido, ressurgia de novo.

Em todo o movimento de ocupações em Nieuwmarkt, havia uma atmosfera no género: "não vamos acampar aqui, vamos aqui viver". Vamos renovar estas casas: instalar gás e electricidade, construir casas de banho. Alguém começou a fazer um telhado-terraço e uma estufa de vidro para flores e isso conduziu também a um outro



tipo de arquitectura: houve pessoas que, por exemplo, deitaram abaixo todas as paredes divisórias.

Todas estas actividades levaram ao aparecimento, em 1969, do Comité de Acção de Nieuwmarkt. Nesta altura foi realmente fácil esclarecer as pessoas do bairro que, embora elas pudessem ali ficar (porque as suas casas não eram atingidas pela projectada linha do Metro), as consequências que o Metro traria eram enormes e ultrapassavam o bairro: o Metro era apenas uma pequena parte de uma política para deportar trabalhadores para fora de Amsterdão. Com essa política toda a vida social fica despedaçada: um centro comercial aqui, um dormitório ali, um centro de trabalho em qualquer outro local, e para tudo isso é preciso um Metropolitano como meio de ligação eficiente: transporte de massas de baixo do chão.

Dissémos sempre não a esse Metro. Mais tarde (em 1974) algumas pessoas fizeram um outro plano de Metro, em que Nieuwmarkt seria salva das demolições. Mas o Comité de Acção achou sempre que era errado apresentarmos alternativas para os planos da cidade, porque dando alternativas restitui-se o poder ao sistema.

### Formas de organização

As nossas formas de organização surgiram espontaneamente. Tivemos, desde o início, uma atitude dura para com a Câmara. Nunca tivemos a intenção de ser um grupo pacifista. Mas também não um grupo terrorista. Era evidente, porém, se não queríamos ser postos nas contra os outros pelas manobras mesquinhas dos burocratas, tínhamos de criar as nossas próprias iniciativas. Para nós todo o trabalho do Metro devia ser boicotado. Esclarecemos todas as empresas que tinham de actuar no nosso bairro e nos trabalhos do Metropolitano. Enviámos a toda a gente declarações do referido boicote e pendurámo-las nas paredes das casas, etc.

Construímos sirenes nos telhados das casas como sistema de alarme contra a polícia e os demolidores. Todos sabíamos que um dia iriam obrigar-nos a sair à bastonada. Começámos a publicar um jornal semanal chamado Nieuwmarkt, com notícias locais, tais como notícias de clubes sociais, história do bairro, entrevistas com habitantes locais, acerbas críticas à política da Câmara e comentários sobre questões urbanas, publicava documentos secretos e correspondência respeitante a Nieuwmarkt: descobriram-se grandes escândalos. Todos podiam colaborar no jornal. Também tínhamos uma rádio secreta, a *sirene* que transmitia semanalmente às sextas-feiras de locais diferentes de Amsterdão. Todas as pessoas têm qualidades, e essas qualidades podiam ser desenvolvidas na luta que ali travávamos.

### Não deixamos que brinquem connosco

Em 1971 Nieuwmarkt estava massivamente em acção. Podíamos defender-nos de todos os ataques. Publicámos documentos secretos e apelámos para a solidariedade de outras Comissões de Moradores da cidade. Fez-se uma manifestação contra o Metro, contra os bancos e pela criação de bairros habitacionais suburbanos.

Os vários grupos de acção em Amsterdão estavam ligados (não existiam ocupantes em todos os bairros, mas havia, por exemplo, Comissões de Moradores que tratavam de problemas de rendas, etc.). Todos os grupos sem ligações a partidos políticos eram representados em reuniões regulares na *mederij* (uma velha forja que ocupámos). Meio ano mais tarde tínhamos também reuniões com grupos de todo o país, grupos de várias cidades. A finalidade dessas reuniões era essencialmente a de realizar uma acção comum, nunca a de criar um organismo único. Recordo-me que em 1972 se organizou uma série de manifestações um dia em cada cidade (assim no primeiro dia manifestámo-nos em Ame-

# HOLANDA

terdão, no segundo em Roterdão e assim por diante). A imprensa nunca falou destas manifestações.

Um ano mais tarde fizemos também reuniões e manifestações com grupos estrangeiros. Comitês de Acção de Bruxelas, Chent, Antuérpia, Frankfurt, Berlin, Londres e também da Dinamarca vieram às manifestações. Isto deu pretexto ao Partido Comunista para dizer que esses estrangeiros eram provocadores e instrumentos da Câmara.

Todos os que se auto-denominavam de esquerda nos voltaram as costas. Nesta altura houve muitas acções radicais: um edifício de informações do Metro em madeira foi incendiado, foram destruídos os incendiários *bulletineros*. Avisos claros eram feitos a algumas pessoas atirando-lhes tijolos às janelas. Começava a tornar-se uma espécie de tradição realçar o seguinte: não permitimos que brinquem connosco. Evidentemente que não podíamos lutar como mártires por toda a cidade, lutávamos por nós. Mas porque os planos da cidade para Nieuwmarkt estavam na linha do plano de toda a cidade, não podíamos deixar de atacar globalmente a política da Câmara.

Vários grupos trabalharam connosco. Por exemplo, um grupo a *Juventude Vermelha* (grupo de ultra-esquerda) fez trabalho connosco. Alguns deles viviam também no bairro. Também pintaram slogans contra o Metro nas paredes, mas assinaram-nas com as suas iniciais: J.V. Falámos com eles e dissemos-lhes: gostamos que colaborem connosco, mas tal como não podem ser os patrões nas reuniões públicas do bairro, também não têm o direito de pôr as vossas siglas nas pinturas das paredes. Ou trabalhamos todos juntos ou nos dividiremos em pequenos grupos. Por isso devem acabar com isso e continuar a cooperar connosco como toda a gente do bairro. O problema ficou resolvido naquela altura, mas nunca deixámos de ter sarilhos com procedimentos deste tipo por parte dos grupos de esquerda.

Em 1971/72 surgiu a primeira confrontação por causa do desvio de uma rua para a construção do Metro, cerca de 40 velhas árvores tinham de ser cortadas. Tínhamos dito que nos oporíamos a todos os trabalhos do Metro, logo também nos opunhamos ao abate das árvores. De manhã cedo as pessoas sentaram-se nessas árvores e algumas acorrentaram-se a elas. Muitas mulheres, homens e crianças dirigiram-se para o local para discutirem com os trabalhadores que deviam executar o corte das árvores. Um polícia, que passava num carro, tentou prender um tipo que estava a pintar



slogans numa parede. Outros manifestantes vieram em seu auxílio e iniciou-se a batalha. Chegaram mais e mais carros da polícia. As sirenes dos telhados começaram a tocar. Foi um completo horror. Muitas mulheres e crianças foram espancadas pela polícia. Parecia um carnaval para aqueles polícias espancar toda a gente que lhes caía nas mãos. Doze pessoas foram presas.

Esta confrontação com a polícia abriu uma profunda fenda psíquica, especialmente nas pessoas mais velhas do bairro, que ficaram com a sensação de que a violência policial contra o bairro não mais parariam. Isto aconteceu em 72. Em 71 tínhamos organizado um festival de cinco dias em Nieuwmarkt sob o slogan: "Uns com os outros, uns para os outros". Foi um festival contra toda a opressão, enquanto a acção decrescia. A acção tem altos e baixos, especialmente quando se trabalha sob tensão.

Depois veio um período calmo. As pessoas notaram que tinham sido empurradas para certas funções, embora não quisessem que isso acontecesse. Alguns ocupantes aceitaram casas oferecidas pela Câmara e saíram do bairro. Algumas pessoas precisavam, na verdade, de um alojamento melhor, tinham filhos pequenos e isso pôde ser uma razão suficiente. Mas porque a acção decrescia, porque já não estávamos tão atentos e tão agressivos, até a polícia se atrevia outra vez a entrar no bairro. A Câmara soube tirar partido da situação oferecendo casas a alguns ocupantes, etc.

## A Câmara explora a inactividade

A certa altura a Câmara anuncia a demolição de 5 casas que estavam em ruínas. Essas casas estavam no projectado traçado do Metro. Isto era hábil, porque estavam inabitadas e em muito más condições.

Deste modo, estávamos colocados numa situação difícil: tínhamos de admitir que as casas estavam em condições

de ser demolidas, mas isso comprometeria o boicote às obras do Metro. Os Comitês de Acção de toda a cidade, prometeram apoiar-nos na resistência; tínhamos piquetes e um movimento de mobilização pelo telefone que nos permitia contactar umas centenas de pessoas em meia hora. Não podíamos fazer outra coisa senão defender as casas.

Nesse dia centenas de pessoas vieram ajudar-nos. Todos discutiam a situação e protestavam junto dos demolidores. Foi um dia muito difícil esse: houve discussões e lutas importantes mesmo entre os membros do nosso grupo.

Alguns dos demolidores viviam em Nieuwmarkt em casas ocupadas, e por intermédio deles conseguimos discutir com todos os demolidores a propósito dessas cinco casas. Os demolidores são um tipo especial de pessoas. Geralmente não conseguimos convencê-los com argumentos do tipo: "Amanhã será a tua vez". Mas os demolidores que viviam em Nieuwmarkt tinham vindo a uma reunião na *mederij* e emitiram uma declaração de solidariedade. Escreveram também uma carta aos seus colegas, que distribuíram nos locais de trabalho em Nieuwmarkt e noutros pontos da cidade. Assinada com os seus nomes, a carta dizia que antes de os demolidores começarem o trabalho deviam falar com a população, e só depois decidirem o que haviam de fazer. Terminava apelando para que se fizesse os possíveis para evitar entrar em conflito com os interesses dos outros trabalhadores. Esta solidariedade foi muito importante.

Finalmente as cinco casas foram demolidas. É evidente que não tínhamos argumentos contra isto, porque as condições dessas casas eram realmente muito más. Mas para quem estava de fora, era uma grande quebra do nosso prestígio. Alguns jornais tinham títulos assim: "Começou a demolição em Nieuwmarkt". As pessoas começaram a isolar-se de novo. É claro que muitas continuavam activas, mas mesmo a rádio *éirene* interrompeu as transmissões durante algum tempo. Ainda viviam no bairro centenas de pessoas, mas muitas delas esperavam outra oferta por parte da Câmara.

# NIEUWMARKT

## MAIS NAO!

De repente soube-se que outra casa ia ser demolida. As pessoas que já ali viviam há muito tempo decidiram resistir e convocar uma reunião. Até então tínhamos uma estrutura de reuniões de casa, reuniões de quarteirão, reuniões de rua e reuniões gerais de moradores, mas tudo isso foi ultrapassado. Imprimimos um cartaz que dizia: "Mais não!". Na manhã da demolição estavam presentes de 150 a 170 pessoas para impedir a demolição, quando chegaram os polícias, os demolidores e alguns senhores da Câmara. Estes disseram que queriam primeiro falar conosco para evitar a violência. Este pequeno êxito restituiu-nos a sensação de confiança.

## NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Surgiram novas formas de organização, embora baseadas nas antigas, consoante as necessidades do momento. Por exemplo, criou-se um Comité de Distribuição, que ajudava as pessoas nas ocupações, distribuía o espaço existente, etc. Sentíamos cada vez mais a necessidade de organização porque sabíamos que as coisas caminhavam para um confronto. A polícia já não aparecia pelo bairro; quando lá iam, havia sempre rapazes dos pijotes que caminhavam atrás deles até que abandonassem a área.

De começo (1969/71) tivemos que acabar com os *hippies* e outras espécies de "anti-socials". Eles aterrorizavam muito a polícia e, além disso, não queríamos o bairro transformado num acampamento. Em 1972 fizemos cartazes e panfletos para *hippies* onde afirmávamos claramente que, se quisessem ocupar casas, teriam primeiro que ir às reuniões de moradores para se informarem das características do bairro.

Formaram-se grupos para colagens de cartazes, conservação das casas, emissões semanais de rádio, etc. As coisas não estavam institucionalizadas mas ficaram mais organizadas.

## 10 florins por semana

Instituímos também um sistema de pagamento voluntário ao Comité de Acção. Todos os adultos morando uma casa ocupada pagariam 10 florins por semana; não considerávamos isso como uma renda, mas como uma contribuição para um fundo que aumentaria as nossas possibilidades de sobrevivência. Várias centenas de pessoas pagavam semanalmente. O dinheiro era utilizado para: 1º) conservação ou reconstrução de casas; entre os ocupantes havia jovens operários desempregados que faziam esses trabalhos, sendo pagos

pelo fundo. 2º) aumentar a propagação e suportar os custos do movimento; faziam-se reuniões semanais onde se davam contas do dinheiro gasto. Em qualquer altura as pessoas podiam ser substituídas nos seus cargos, quando havia críticas a fazer ao seu trabalho.

Este tipo de organização fez com que a nossa luta se desenvolvesse muito. Fazíamos cada vez mais propaganda junto da população de Amsterdão.

Mas o nosso principal objectivo era: o que eles demolirem, nós reconstruímos. Quando derrubaram as árvores na estação central por causa do projecto do Metro tentámos, primeiro, defender essas árvores e, depois, plantámos outras no mesmo local. Foi uma acção apenas simbólica, mas teve um valor importante, porque demonstrava que queríamos construir, que não pedíamos mas construíamos nós. Defendíamos a auto-determinação, tínhamos ideias novas sobre a democracia e o significado da vida num bairro.



## A policia teve que retirar

Em Dezembro de 1974, imediatamente antes dos grandes despejos de 1975, a policia atacou repentinamente uma casa, para que ela viesse a ser demolida. Num abrir e fechar de olhos, centenas de pessoas apareceram, chamadas pelo sistema dos telefones. Pela primeira vez lutámos contra a policia atirando tijolos a partir dos telhados. Carros da policia ficaram danificados, e os policias tiveram que retirar para evitar haver mortos.

## Provocação fascista

Posteriormente, houve um ataque à bomba na linha de Metro. Os fascistas e a Câmara tentaram aproveitar esse ataque para nos desacreditar, mas o efeito foi o inverso quando se provou que os autores da acção tinham sido os fascistas.

## Os grandes despejos

Finalmente vieram os grandes despejos. As semanas anteriores tinham sido muito importantes. Milhares de pessoas nas ruas discutiam o que se havia de fazer, apesar de o PC enviar provocadores que tentavam sabotar a discussão. Mas todas

as outras pessoas defendiam os nossos argumentos, invocando a necessidade de mudar as coisas. A televisão e a rádio davam um lugar muito importante a estes factos, que eram discutidos por todo o lado. Simultaneamente, as pessoas que viviam nas casas em risco de serem demolidas reforçavam a defesa: soldavam-se chapas de aço nas frentes das casas, compradas com o dinheiro do fundo, e conseguiram construir uma ponte de 20 metros de comprimento sobre o canal.

Numa verdadeira revolta todos os peixes saltam da frigideira. Cada vez mais pessoas assumiam a iniciativa. Nessa altura já não era apenas a luta de Nieuwmarkt, tinham-nos tornado os representantes da oposição extra-parlamentar, da auto-determinação. Tínhamos magníficos contactos com muitos outros grupos, a quem dizíamos que a maior ajuda consistia em lutarem pelos seus próprios problemas nos seus próprios bairros, nos seus postos de trabalho, em toda a parte.

Antes de começarem os despejos decidimos que ninguém morreria na Keizerstraat. Vimos que a nossa força residiria numa greve geral e no apoio de Comités de Acção, de forma a poder impedir-se a violência dos policias. Quando eles cercassem o nosso bairro, não iríamos enfrentá-los directamente, mas criar novas frentes por trás deles. Muitos grupos, incluindo numerosos estudantes, foram por toda a cidade e barricaram ruas, sitiaram cruzamentos vitais, para que a policia não pudesse obter reforços. Tudo isto foi feito, mas não conduziu a uma situação tal que pudessem derrotar os policias. Sucederam coisas magníficas, mas não houve greve geral. Claro que os sindicatos oficiais se voltaram contra nós, mas conseguimos apoio de vários sindicatos menores e de grupos de trabalhadores, por exemplo nos portos. Pomos também para as portas das fábricas distribuir panfletos. Além disso, como Nieuwmarkt é um bairro operário, durante os dias dos despejos os milhares de trabalhadores que ali viviam não foram ao trabalho.

Durante esses dias libertou-se aquela dinâmica com que sempre tínhamos sonhado. Vimos pessoas respeitáveis a atirar pedras aos policias e manifestarem-se violentamente. Se fizéssemos uma lista de tudo o que as pessoas realizaram naqueles dias, ela seria na verdade emocionante.

Historicamente, a luta de Nieuwmarkt foi importante por causa dos seus aspectos: a reivindicação de auto-determinação, as novas formas de convivência, a discussão que por todo o lado se iniciava sobre a democracia, sobre o que é a vida, acerca de trabalhar para viver em vez de viver para trabalhar. O Partido Comunista diz que quer defender o nível de vida; mas nós dizemos que queremos defender a própria vida, precisamos de uma alteração radical.

Uma grande quantidade de pessoas adquiriu nesta luta uma grande experiência de acção directa. Apesar de termos perdido esta batalha, ficámos a saber que havia ainda possibilidades de acção. Todos em Amsterdão sabem agora o que é o Metro e ficaram a saber a policia de deportação da Câmara.



# PORTO DA PAIÃO



desinfectante que davam para as lixeiras... Foi de todos estes contactos que nasceu a Associação de Moradores do Porto da Paião. Consegui mostrar àquelas pessoas que uma das formas de poderem sair daquela lixeira em que viviam era formarmos uma associação ou uma coisa qualquer que viesse a criar um bairro. Essas pessoas começaram-se, então, a ligar a Comissão de Moradores e foi daí que nasceu a Associação.

## A.C.M. e os militantes dos partidos

**COMBATE** - Mas vocês poderiam ter continuado o trabalho de C.M. e terem criado paralelamente a Associação com o objectivo concreto da criação do novo bairro. O que vos levou a dissolver a C.M.?

**Morador A** - Uma razão muito simples. O comodismo das pessoas. As pessoas que aqui estão agora, foram as pessoas que fizeram sempre parte da Comissão, ou quase todas. E vou dizer a razão porque considero comodismo. Porque esta comissão teve sempre uma tradição que me parece válida: obrigar ou fazer sentir às pessoas que, quando viessem para dentro destas reuniões, deixassem os partidos lá fora e tratassem dos assuntos da população esquecendo os seus partidos; isso levou muita gente a afastar-se, que se dizia progressista, de partidos progressistas; levou-os a afastarem-se porque a bandeira do partido deles não poderia ser hasteada na porta da Associação de Moradores do Porto da Paião, porque grande número dos participantes desta Comissão não aceitava este prisma de trabalho: trabalharem com a população, mas sem qualquer símbolo partidário.

## Transformação da A.M. em C.M.

**COMBATE** - Se nos reportarmos a época em que as C.M. eram activas, parece-me que há uma grande diferença entre as Comissões de Moradores e as Associações. Enquanto às C.M. eram órgãos da população em geral, onde toda a população podia participar e as C.M. tinham um carácter prático nada mais, as Associações, pelo contrário, parecem-me um clube de pessoas onde se pagam quotas e têm funções que competem mais ao aparelho de Estado, às Juntas de Freguesia e não aos moradores: construir casas, construir ruas... Acho que é essa a grande diferença entre uma Associação que funciona como um clube e uma Comissão de Moradores, que é um órgão representativo da população.

**Morador A** - Há pouco foi frisada a necessidade que houve em se formar a

Associação para avançar com o processo SAAL, ao nível de Comissão não poderíamos efectivamente avançar. No fundo, a questão é a mesma: A Associação deveria ter tido aqui, ao nível da nossa zona, um trabalho político mais aprofundado. O que é facto é que as pessoas não a aceitavam por isso. As pessoas aqui o que sempre quiseram foi procurar por todos os meios as suas comodidades. E quando falava aqui em certas questões políticas ao nível nacional, as pessoas começavam a mostrar-se um pouco retraídas e a procurar fazer divergências. A Comissão funcionou neste sistema: a Comissão fez o alargamento da estrada, fez a ponte para as crianças e fez a limpeza do rio. Onde a Comissão acabou por se dissolver foi pelo boicote que determinados partidos fizeram à Comissão. Posso citar um caso que mostra o boicote de determinados partidos: realizámos aqui um dia do campo, como todas as outras Comissões, na ligação cidade-campo e o que depois infelizmente aconteceu foi que houve uma mobilização muito grande da população, superior àquilo que eu próprio julgava (aproximadamente 10.000 pessoas), mas as cooperativas fizeram um boicote a esta iniciativa e não apareceram cá.

**COMBATE** - Boicote de que tipo?

**Morador A** - Não chegaram cá as cooperativas de produção com os produtos: batatas, couves, e outras coisas. Houve alguém que as procurou desviar para outros lugares, uma vez que esse dia do campo não tinha um cariz partidário. Havia pessoas da população, uma comissão, que estavam ou não ligadas a qualquer partido, mas que naquele trabalho que estavam a desempenhar não eram mandatadas pelo partido. Queríamos mostrar à população da zona e arredores qual era o trabalho das cooperativas, como poderia ser feita uma ligação entre a cidade e o campo. Como isso não aconteceu e como algumas pessoas aqui da zona (e não só) viviam, inclusivamente até a Junta de Freguesia que inicialmente tinha dado apoio a esta iniciativa, mas retirou-o depois de saber que não era do partido que ele representavam.



A burocratização de uma luta resulta de factores objectivos, de um refluxo que tem na sua origem condições materiais, e não de um pretensão *em espírito* dos activistas. A partir do momento em que a massa dos trabalhadores — por uma razão ou por outra que não pretendemos agora analisar (tentamos analisar as causas do actual refluxo nos números 48 e 49, por exemplo, para referirmos os mais recentes)— deixa de ser ela a direcção activa do movimento e passa a formas de contestação mais isoladas, individualistas ou subterráneas do capitalismo, os activistas deixam de ser expressões controladas pelo movimento de massas e tendem a burocratizar-se. Uns separam-se dos trabalhadores e ascendem socialmente (partidos, Estado, administração local, etc.). Outros mantêm os seus ideais revolucionários e negam-se a qualquer ascensão social, mas caem sempre numa contradição entre, por um lado, o que desejariam fazer e, por outro lado, a passividade (relativa) do movimento colectivo dos trabalhadores, que não permite que os activistas realizem os seus objectivos e aspirações. (São, porém, estes activistas elementos importantes na aceleração de processos colectivos futuros). Nesta entrevista, o morador A dirá repetidas vezes que há *desmobilização* (por parte da população), mas que não há *demobilização* (por parte da Associação).

- Neste contexto, veremos que são expressões do refluxo:
- o aumento da importância dos partidos; o antipartidarismo só existe enquanto o movimento prático é dominante e impede os trabalhadores de se dividirem por interesses ideológicos que são alheios aos seus problemas fundamentais.
  - a influência dos caciques locais; esta influência é o reverso da medalha da influência dos partidos;
  - a integração na perspectiva de prestação de serviços que era a do SAAL; esta perspectiva confirma a separação relativamente ao movimento prático das massas populacionais.

**COMBATE** - Vocês têm insistido que em geral a população não se sentia muito mobilizada, que há um certo comodismo. Parece-me que a população pode ter uma reacção desse tipo face a problemas novos, mas deve haver mais alguma coisa. Não teria havido erros da Comissão que tivessem levado a um certo afastamento da população? O que motivou que, após o 25 de Abril, a população tivesse vindo toda para a rua, que houvesse iniciativas de todo o genero e depois, apesar dos problemas não terem sido resolvidos (ou talvez por isso também), a população começou a perder o entusiasmo?

**Morador A** - Aqui na nossa zona houve. Quando apareciam casos concretos, a população vinha mesmo para a rua e não

# UNIR A LUTA NAS EMPRESAS

I

O desenvolvimento da economia capitalista faz-se pela concentração nas unidades de produção de um número cada vez maior de máquinas, sendo, além disso, o maquinismo cada vez mais complexo. Daqui resulta ainda que as condições técnicas gerais necessárias para a produção se efectuar são cada vez mais extensas, isto é, que as infra-estruturas técnicas (meios de comunicação, fontes de energia e meios de transmissão da energia, centros de aprendizagem e investigação, etc.) de que cada fábrica particular precisa são cada vez mais vastas e mais gerais.

Desta forma de desenvolvimento do capitalismo resulta que os locais de implantação das fábricas são cada vez mais distantes dos locais de habitação. Outrora fábricas e casas entremeavam-se nas mesmas ruas (o que é ainda hoje visível pelos nomes que algumas ruas conservam, em Lisboa e Porto nomeadamente). Mas o desenvolvimento do capitalismo, com a concentração da maquinaria e o reforço das condições técnicas exigidas, levaram à criação, na periferia das grandes cidades, de vastas zonas industriais, distantes de vários quilómetros dos locais de residência dos trabalhadores.

Esta regra parece ser desmentida nos casos em que o capitalismo cria grandes centros industriais inteiramente novos em regiões até então não industrializadas. Aí, parece que de novo os locais de habitação e os de produção se encontram próximos e mesclados. Com o tempo, porém, o desenvolvimento desses centros industriais leva sempre a que a referida polarização se verifique.

Em resumo: deste tipo de desenvolvimento resulta que, sob o ponto de vista geográfico, a vida do trabalhador aparece dividida a meio. Por um lado, o seu local de trabalho; por outro, no extremo oposto das zonas urbanas, o seu local de habitação.

Esta cisão da vida do trabalhador é ainda reforçada por outro aspecto muito importante da estrutura do capitalismo: a diferença entre o produtor e o consumidor. É claro que, embora haja consumidores que não são produtores (os capitalistas e todos os exploradores), todos os produtores são também consumidores. O proletário precisa de se alimentar, de ter uma casa e roupa para vestir, senão não pode trabalhar e produzir mais-valia para a classe capitalista. No entanto, na socie-

dade capitalista, a mesma pessoa enquanto produtor e enquanto consumidor aparece como duas pessoas diferentes. Enquanto produtores, os proletários formam um conjunto altamente solidário, e é a própria forma capitalista da produção que constitui a base a partir da qual tal solidariedade se pode verificar e tomar novas formas. Não há produção capitalista sem que os operários estejam unidos numa mesma fábrica, trabalhando em conjunto com as mesmas máquinas ou com máquinas complementares, e o produto final resulta da colaboração de todos os operários, e não de um ou outro em particular. É por isso que, quando os proletários se revoltam, desenvolvem os aspectos solidários e comunitários dessa luta, e impõem essas formas de organização comunitária — que são o germen da sociedade comunista — contra as hierarquias capitalistas e a disciplina capitalista na fábrica. Porém, quando os operários,



uma vez terminado o período da produção, vão comprar alimentos, vestuário, etc., não o fazem já como uma classe coesa e solidária, mas individualizados e parcelizados. Por isso dizíamos que no capitalismo a vida do operário aparece dividida a meio: produtor colectivo por um lado, consumidor individualizado por outro.

Este aspecto reforça o que acima indicámos. Não só os locais de produção e os de habitação estão geograficamente separados, como o homem produtor e o homem consumidor estão cindidos, divididos. Esta cisão verifica-se facilmente, aliás, na própria arquitectura vigente na sociedade capitalista: as fábricas e as oficinas são construídas como *uma grande unidade*, e as zonas de habitação são construídas como *um agregado de múltiplas pequenas unidades*.

Esta dupla situação tem um resultado muito importante quanto ao desenvolvimento da luta dos operários. Na maior parte dos casos os prole-

tários lutam na fábrica, na zona da produção, mas foram incapazes, ou não tiveram a força suficiente, para levar a luta para a zona da habitação e do consumo.

Mais recentemente, o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo nos países de capitalismo de Estado integral, mas também naqueles onde a propriedade privada continua a ser importante, levou a um aspecto novo e de grande significado: os capitalistas passaram a planificar o consumo conjuntamente com a produção. Esta nova tendência do capitalismo contraria aquela que temos vindo a descrever, e permite que os proletários ultrapassem mais facilmente a divisão entre a produção e o consumo, unificando as frentes de luta.

Efectivamente, uma luta vitoriosa contra o capitalismo implica que as formas sociais novas, comunitárias e igualitárias, que os proletários criam na luta sejam alargadas a toda a vida social — e, portanto,

também à habitação e ao consumo. Quando isso acontece, é um sintoma seguro de que a luta anti-capitalista está a alcançar grandes êxitos. É um sintoma de que a luta contra o capitalismo demonstra, na prática, a possibilidade de construir uma sociedade nova, não só na produção, mas em toda a vida social.

II

Tendo em conta o que acabou de ser dito, compreende-se que grandes movimentos de ocupação de casas se tenham desenvolvido em muitos países europeus, numa tentativa das bases para prosseguirem a sua própria política habitacional. A ocupação de casas pode ter duas formas: ou a ocupação de terras para construção clandestina (na maior parte da América Latina, Portugal, França, etc.), ou a ocupação de edifícios já construídos (nomeadamente em Itália, Inglaterra, Irlanda, Holanda, etc.).

A ocupação de casas não é, na Itália, nenhuma novidade. Mas a am-

# À LUTA NOS BAIRROS

plitude que o movimento assumiu nos últimos anos no Norte da Itália confirma o carácter inadequado da política habitacional nessas cidades, especialmente porque tentam absorver os trabalhadores emigrantes do Sul da Itália nos gigantescos centros industriais do Norte. Em Nuevo Falchera, nos arredores de Turim, cerca de mil famílias foram para um novo centro habitacional em Outubro de 1974. Muitos deles eram trabalhadores que haviam sido despedidos da Fiat ou da Pirelli. O centro habitacional tinha acabado de ser construído pelas autoridades habitacionais de Turim (Gescal). Constituiu-se um Comité de Luta, compreendendo dois delegados de cada andar dos cinco prédios, e esse Comité era responsável pela defesa e pelos problemas quotidianos dos ocupantes. Quando, em Dezembro desse ano, os trabalhadores da Fiat entraram em greve, convidaram delegados dos ocupantes a explicar a todos os trabalhadores da fábrica as causas e a natureza da sua luta.

Desenvolveram-se ainda outras formas de luta relacionadas com a habitação. Em Roma, constitui uma tática comum a recusa do pagamento das contas da electricidade, e há áreas inteiras em Roma que não pagam essas contas. Em Marghera seguiu-se uma tática semelhante, mas com uma diferença: os inquilinos recusaram-se a pagar as 36 liras por kilowatt e insistiram em pagar somente a taxa industrial que era aplicada a Agnelli (o patrão da Fiat): 8 liras por kilowatt.

Também em Itália se desenvolveram outras lutas contra o aumento dos preços, por vezes relacionadas com a questão habitacional (transportes) e, noutros casos, mais gerais ainda. Na Polónia e, há menos tempo, no Egipto, desenvolveram-se lutas muito vastas e violentas contra o aumento dos preços, mas ignoramos em que medida podiam estar ou não ligadas a movimentos de ocupação de casas.

Na Inglaterra há três tipos de construção de habitações: o mercado privado, o mercado de Estado, e a construção dependente de organizações religiosas ou de caridade. Só em Londres, calcula-se que cerca de 100.000 pessoas ocupavam, em 1975, cerca de 30.000 casas. Uma antiga lei exige que o proprietário obtenha um mandato do tribunal, que pode levar um mês a ser emitido, para que a polícia possa actuar contra os ocupantes. Nas casas pertencentes a proprietários privados isto é ge-

ralmente feito e os ocupantes são despejados. Mas, nas casas pertencentes ao Estado, acordos entre as autoridades locais e os movimentos de ocupantes têm, regra geral, permitido ao povo ocupar casas até as autoridades locais as restaurarem. As ocupações com as características actuais começaram em 1968, e face a elas as autoridades reagiram de várias formas: primeiro, por repressão indiscriminada (destruição de casas); estabelecendo acordos a curto prazo com os ocupantes (para lhes dar tempo a construir casas na área londrina, a restaurá-las e a pôr as famílias em listas de espera); e, finalmente, por repressão selectiva em determinadas áreas. Numa primeira fase uma grande campanha de imprensa tentou dividir as famílias das listas de espera e as que ocupavam casas. Mas esta tentativa fracassou devido aos métodos bárbaros utilizados pelas autoridades. Mais recentemente eles tentaram modificar a lei das ocupações introduzindo uma cláusula segundo a qual é ilegal a entrada de pessoas em propriedades que lhes não pertençam, sem autorização do proprietário.

Em Amsterdão também houve um grande movimento de ocupações (veja-se o artigo da p.6 deste número), dirigido principalmente contra a deportação de trabalhadores para os subúrbios e cidades-dormitório.

Na maioria destes casos o planeamento urbano estava numa fase de transição do mercado privado para o mercado de Estado. Em Inglaterra o maior construtor e o maior comprador de casas são o Estado ou organismos estatais. Esta transição já tinha sido efectivada em muitos países de capitalismo de Estado integral (URSS, Polónia, etc.).

Actualmente é menos frequente o mercado privado conseguir isto, mas o Japão dos anos 62-76 conseguiu-o: um relatório recente indica-nos que "63% dos trabalhadores japoneses habitam casas das empresas em que trabalham. Quase todos os custos dos transportes públicos de ida e volta para o trabalho são reembolsados. Os serviços hospitalares são gratuitos, são-lhes servidas refeições baratas nas cantinas e os trabalhadores abastecem-se quase totalmente nos supermercados das empresas".

Na realidade enquanto o capitalismo japonês esteve em expansão (e portanto com pleno emprego) os capitalistas privados podiam dar estas regalias sociais aos trabalhadores, com a recessão verificada a partir de 1973 problemas muito sérios come-

çaram a aparecer: quando os trabalhadores são despedidos perdem o direito de habitar as casas da empresa, de se abastecerem nos supermercados. Estes factos deram origem a uma grande vaga de ocupações, com violenta repressão policial. Todo o plano teve de ser revisto, tendo sido o Estado forçado a intervir, construindo habitações económicas.

III

Quando as estruturas sociais são abaladas, mas não o suficiente para caírem, para quebrar o seu pilar central — o Estado, tentam reestruturar-se criando novas instituições. Assim sucedeu em Portugal com a queda do salazarismo/marcelismo e a edificação do novo aparelho de Estado pelo "movimento dos capitães": por algum tempo a derrocada das velhas instituições executivas criou uma situação de caos institucional e várias tentativas de edificação do aparelho de Estado surgiram. A primeira, mais elaborada, apareceu com o gonçalvismo, porque tendo por trás um sólido aparelho — o PCP e as estruturas militares, e um modelo já experimentado — os capitalistas de Estado satélites da URSS.

É neste período que se criam os SAAL, o IRA, o COPCON... parcelas de um novo aparelho central, que na sua edificação aproveitam, para algumas reformas parcelares, a energia do movimento espontâneo de massas que então surgia, mas moldando essa energia a objectivos centralizadores: ou seja as instâncias executivas intermédias e de base são *pençadas* contando com a iniciativa das massas populares, com a condição absoluta dessas iniciativas não se unificarem autonomamente, não se desenvolverem em instituições que escapem ao poder central. Pois que, quem detém a gestão e a planificação da globalidade dos processos, particulares, tem também o controlo em última instância desses processos particulares.

(cont. na p.15)



# PORTO DA PAIÃ



era a C.M. que incitava as pessoas na luta, mas eram elas que tomavam a iniciativa de serem elas próprias a vir. Não havia, portanto, uma Comissão que convocasse, eram as pessoas que se apercebiam dos problemas concretos e vinham para a rua.

**COMBATE** - Mas isso aconteceu aquando dos despejos... portanto, já bastante mais tarde. Antes disso o que se passou?

**Morador A** - É que nós aqui tivemos os despejos até muito cedo. Foram logo após a Comissão ter sido formada, isto é, em fins de 1974.

**Morador B** - Os despejos começam em Junho de 74 e acabam em Junho de 75.

Em nosso entender, é preciso nunca esquecermos um ponto da maior importância: a realidade social de certas formas de organização muda, mas o seu nome pode permanecer o mesmo. Por isso, para nos apercebermos verdadeiramente das características de uma dada estrutura, não basta olharmos para o seu nome, temos que ver como funcionava ela na realidade prática. Qualquer trabalhador sabe que as Comissões de Trabalhadores de 1977 são profundamente diferentes do que eram as de 1974 ou de 1975. E quando um novo surto revolucionário se verifica, dele resultarão novas comissões de trabalhadores, extinguindo-se as comissões burocratizadas, sem possibilidade de se transformarem.

Não é para o nome desses organismos que devemos olhar, mas para o seu funcionamento. As formas de organização mudam consoante o evoluir da luta ou, pelo contrário, reproduzem-se de maneira conservadora e sem atender às condições concretas do proletariado em cada momento? As formas de organização resultam de uma mobilização permanente do proletariado em luta ou, pelo contrário, são decididas exteriormente ao movimento real da classe operária? São estas as questões fundamentais que devemos colocar para percebermos a realidade íntima de cada forma de organização.

**Morador C** - Eu comecei a ficar ligado a Comissão por volta de Agosto de 75, portanto já muito próximo do 25 de Novembro e julgo que é mais ou menos por essa altura que começa a verificar-se a desmobilização da Comissão. Parece-me que a Comissão foi na prática uma Comissão de melhoramentos porque deu de caras com uma série de necessidades imediatas a nível de arruamentos, esgotos, etc. e houve necessidade das pessoas se mobilizarem aqui aos domingos e aos sábados e de fazerem elas próprias aquilo que a Câmara não fazia por razões de vária ordem. Isso talvez tenha desmobilizado a muita

que estava à frente da Comissão para um trabalho político, que até não tinha uma grande receptividade da população. Desde Agosto de 75 a Comissão tem tomado posições políticas muito correctas. Houve depois divergências de ordem partidária. Houve pessoas que se afastaram por várias razões, quase sempre de ordem partidária; ficaram dois ou três tipos do lado da Comissão. Houve também boicotes de pessoas para quem o trabalho da Comissão era um trabalho afrontoso quase, pessoas que tinham interesses antagonicos aos da população mais pobre e portanto a Comissão começou a ficar isolada. Começou a haver campanhas contra a Comissão. Eu lembro-me de campanhas em termos mesmo insultuosos em relação à malta da Comissão: que ela estava aqui para defender os interesses dos membros da Comissão e depois acontece o 25 de Novembro e exactamente aí a própria Comissão se desmobiliza por completo. As pessoas têm medo de sair à rua... A partir daí a Comissão praticamente não tem existência real. A Comissão deixa de existir de repente.

## Formas organizativas

**COMBATE** - Voltando um pouco atrás. Vocês falam em trabalhos realizados pela população: reparação de estradas e diversos outros melhoramentos. Como é que isso era organizado? Eram grupos que decidiam e faziam ou as prioridades e as formas como eram realizados eram discutidos em assembleias?

**Morador B** - Isto partiu do princípio: é que os automóveis para chegarem aqui era um problema. Nós contactámos a população em assembleia geral, que por sua vez elegeram os elementos para a Comissão, democraticamente por escrutínio secreto. Esses elementos começaram a contactar a população no sentido de arranjar as estradas, ruas, etc. Depois conseguimos adquirir uma máquina de engenharia; essa máquina veio para aqui à custa de subscrições e mais subscrições: conseguimos adquirir diversas importâncias. A máquina chegou a trabalhar aqui 15 dias e mais a abrir arruamentos...

**COMBATE** - E quem trabalhava?

**Morador B** - Era a população em conjunto com uma pessoa de engenharia que trabalhava com a citada máquina. Sábados, domingos e praticamente todos os dias porque havia elementos da Comissão que perdiam o seu trabalho para ficarem cá para a população...

**COMBATE** - Qual era a reacção da população?

**Morador B** - A população aderiu. Tivemos aí uma fase em que a população aderiu a tudo. Fizimos estradas, ar-

ruamentos, fizemos uma ponte... e não se fez mais porque no meio disto tudo começou a haver devios. Começou a haver partidos... Começou a coisa a desviar-se e aqui começou a dar-se o im-  
passo. Veio o 25 de Novembro, que veio atrasar determinadas coisas: havia máquinas pedidas que não vieram. Se nós tínhamos uma máquina antes do 25 de Novembro que nós era entregue com o pessoal de engenharia que nos ajudava, a população estava confiante que eram aquelas pessoas que nos ajudavam. Tudo isso acabou. Os esgotos ficaram para não se sabe quando, e quem diz os esgotos diz outras coisas no género: as estradas começaram a não se acabaram e aquelas que estão feitas podemos agradecer à população e antigamente à engenharia..

**COMBATE** - Como é que os partidos actua-  
ção de forma a desmobilizarem a população? Vocês falam muitas vezes nos partidos como factores negativos, podem explicar-nos melhor como é que isso se passa?

**Morador B** - Eu, neste momento, não falo por partidos, falo por mim próprio porque sou um elemento da população. Considero que os partidos não contam nada, porque eu sou partidário, mas além disso os partidos... ainda não houve nenhum nem PPD, nem CDS, nem PS, nem PCP que viesse cá resolver o problema que nós temos hoje. Ainda não vi nenhum cá vir...

**COMBATE** - Mas se a população está unida para resolver problemas concretos aqui na zona, como é que essa unidade pode ser quebrada pela acção dos partidos?

## Papel dos caciques locais

**Morador B** - No meio disto tudo há para aí três pessoas que são os mandos da população, que são os capitalistas da zona e estes têm uns vinte ou trinta que os seguem, há mais dois comerciantes, mais pequenos que esses capitalistas, que têm gente atrás, mas menos e por aí fora, é como a galinha com os pintos todos atrás. O merceiro anda atrás dos mais pequenos que comem fiado, que chegam junto deles e dizem: "Oh, senhor fulano fie-me o bacalhau até ao fim de semana" e como lhe fia o bacalhau vai atrás dele.





# PORTO DA PAIÃ

O proletário é produtor, nas horas em que, como assalariado, vende a força de trabalho ao capitalista. Mas, para poder produzir, tem de comer, vestir-se, habitar. Assim, nas horas em que não produz o proletário é consumidor. Esta repartição do proletário entre a sua existência de produtor e a sua existência de consumidor, não é simples. Nas páginas centrais deste número indicamos muito sumariamente as consequências que esta situação po e tem nas lutas em geral. Venos aqui um exemplo concreto. E quantas vezes os comerciantes locais, o merceiro da esquina, o senhorio, não reforam a sua influência aproveitando-se das situações difíceis em que o operário pode cair devido às suas lutas na fábrica (greves, auto-gestão, etc.).

A luta contra o capitalismo é complexa e só pode vingar articulando-se várias frentes de luta.

**Morador A** - Parece-me que a desmobilização começou a surgir também um pouco a seguir ao 25 de Novembro (desmobilização ao nível da Comissão). Ao nível da Associação foi mobilização, porque por um lado, como aquele camarada acabou de dizer, há determinados mandões aqui que começaram a puxar, a levar pessoas atrás deles, por outro lado, houve um grupo de pessoas que sentiu uma grande necessidade de formar a Associação. As pessoas que trabalhavam na Comissão vieram para a Associação, por isso não se pode dizer correctamente que foi uma desmobilização da Comissão. Se não tivessem pensado na Associação a Comissão continuaria a trabalhar, pois havia sempre um certo número de pessoas que adería, tanto mais que agora é que se estão a realizar uma série de trabalhos -- a Câmara está a dar seguimento a trabalhos que antes não quiseram dar.

Como se formou a Associação, as pessoas trabalham nela e não podem estar mais sobrecarregadas do que aquilo que estão: como no meu caso que faço parte da Assembleia de Freguesia, outros fazem parte da Colectividade e da Associação, portanto é impossível fazer mais trabalho. Se houvesse uma participação activa da população e não houvesse aquelas divergências através dos partidos, a Comissão nunca teria desmobilizado.

## A actividade da AM é só para os sócios?

**COMBATE** - Voltando a uma questão que já aqui levantámos hoje: Vocês com a Associação fechou os problemas da zona, limitam-se a zelar pelos interesses dos associados e não de toda a população. Ora esta zona, onde a população é essencialmente operária, tem dificuldades que só podem ser ultrapassadas se houver uma grande unidade entre todos. Limitar a acção às pessoas mais motivadas para a luta, porque mais esclarecidas, parece-me um grande erro...

**Morador A** - Esta Associação não está fechada. Ainda hoje enviamos car-

tas à Junta de Freguesia para exigir que se resolvam assuntos que respeitam toda a zona...

**COMBATE** - Mas o resto da população como é que é informada do que se passa?

**Morador A** - Através de comunicados.

**COMBATE** - E esses comunicados são distribuídos a toda a gente? E quando é que os fazem?

**Morador A** - Os comunicados são feitos pela Associação, mas são lançados para a rua e a população toma conhecimento da mesma maneira.

**COMBATE** - Se bem entendido vocês continuam a fazer o trabalho que se costuma atribuir a uma C.M. e não se limitam a uma Associação que tem como objectivos únicos construir casas para os sócios, que são sempre uma pequena parte da população?

**Morador B** - Normalmente os proprietários da zona, quando era a Comissão, se tinham uma casa fechada tentavam abri-la, e se havia uma obra para fazer era a Comissão que a tinha de realizar. O que acontece é que a Comissão uma vez que acabou, esses mesmos proprietários que eram e são donos propriamente desta zona, desviaram-se um bocado, porque se começaram a sentir tocados, porque a Comissão tratava dos problemas da população e não dos proprietários. Temos aqui proprietários que queriam a estrada aberta e que a Comissão se responsabilizasse em fazer muros e casas... Isso aí estava no erro do próprio proprietário que queria dar cinco para colher cem. Os proprietários exigiam, uma vez que eram os mandões da zona, por isso exigiam da própria comissão e esta sentia-se vexada.

## como os caciques dividem os moradores

**COMBATE** - Os proprietários têm, portanto, muitas armas para defenderem a sua posição de privilegiados.

**Morador B** - Com certeza. No meio de tudo o capitalista é sempre o dono do dinheiro. Se eu for inquilino de um capitalista e se ele chegar ao pé de mim e disser: "Você precisa aqui de uma porta, mas aguenta lá isso, que eu não meto a porta ainda e diga lá à C.M. que aguenta..."

As pessoas desviadas do alcatrão foram sempre aquelas com quem ninguém se preocupa. Aquilo lá em baixo é o Porto da Paia e aqui é o Casal da Serra. As pessoas do Casal da Serra foram sempre as que se ligaram e as do Porto da Paia as que se desviaram, mas quando tinham problemas vinham bater à

porta das do Casal da Serra. Mas as pessoas só se apercebiam da C.M. e agora da Associação, através, vamos lá, do progresso, do que se tem feito...

**Morador A** - O que existe, e que é concreto, e que numa zona que está dentro da mesma área geográfica há duas zonas distintas: uma zona que já tinha água, luz, esgotos, estradas alcatroadas -- podemos considerá-la média burguesia -- e uma zona onde não existe nem água, nem luz, nem esgotos, nem estradas. E aí existe a divisão. Os senhores lá debaixo o que é que fizeram nessa altura: uma pista de "Tartan" e uma piscina para tomarem banho e as pessoas cá de cima precisam de uma casa para habitarem, precisam de estradas... As pessoas lá debaixo não sesentem ligadas à luta das cá de cima. Isto parece um bocado esquisito, parece que estamos a falar dos marroquinos e turcos, mas é a verdade. Uma coisa é certa, é que as pessoas não se metiam na luta porque não tinham essa necessidade. As pessoas lutavam por coisas muito diferentes. O que é que eles procuravam fazer então? Procuravam desmobilizar as pessoas cá de cima, porque lá em baixo viviam os caciques, os patões cá da terra, como costumamos dizer, que são filhos cá da terra e não estavam interessados em perder o controle da zona: eles eram os senhores da mercearia e do café e queriam controlar a população. Não estavam interessados em que fizéssemos comunicados como aqueles que pusemos na rua, com os preços tabelados: o arroz custa tanto, a batata tanto... e eles não queriam isso. Por outro lado, nós íamos à direcção geral de abastecimentos e preços, chegávamos aqui e fazíamos um comunicado com os preços, e eles disso não gostavam...

**COMBATE** - E hoje ainda continuam a fazer isso? Enquanto Associação continuam esse trabalho de esclarecimento?

**Morador A** - De momento não estamos a fazer, porque temos estado inseridos neste outro processo da Associação, porque se não nos despachamos, se não nos anteciparmos à tal burocracia, daqui a algum tempo acaba o prazo, e já não podemos fazer as casas. Nós temos que ir à Junta, e eles procuram dar-nos dados concretos que nós podemos adoptar, coisas que no tempo do outro senhor não se faziam. Eu fazia parte do Conselho de Moradores aqui desta zona e sei que se escondeu muita coisa à população, e neste momento isso não está a acontecer ao nível das pessoas que estão na Junta de Freguesia e nós temos de ser honestos e dizer a verdade. Se agora na Junta nos dizem para fazermos isto e isto, para chegarmos mais depressa ao objectivo que pretendemos. Nós procuramos e

# S. PEDRO da COVA

Por isso é que o povo organizado consegue mais alguma coisa. É evidente que de vez em quando, tínhamos que fazer alguma coisa que competisse à Câmara.

**COMBATE** - Toda esta movimentação virá só o aspecto habitacional? Quando formaram a C.M., tinham outros pontos reivindicativos para além do habitacional?

**Morador W** - Não, porque nós temos ali uma casa que está habitada só por três pessoas. Como tem nove compartimentos, tentamos fazer dali um jardim escola. Também tencionamos fazer aqui uma casa de cinema, de desporto e um jardim infantil, além de conservar as coisas que existem aqui para fazer um museu das minas -- um museu natural. Não deixaremos mais destruir aquilo que está feito.

**COMBATE** - Fala-se em C.M. ou A.Ms. burocratizadas. Que pensam disto?

**Morador Y** - Noutros tempos, se nós queríamos uma reunião com a Junta, o presidente da Junta era capaz de vir cá. Hoje não, exige que a malta escreva uma carta ao gajo, depois eles escrevem-nos outra, ficando a Junta aqui a dois passos. Nós particularmente entendemo-nos mais ou menos bem com todos os elementos que constituem, hoje, o executivo da Junta. Contudo, os gajos empurram-nos para o papel -- uma carta para eles, uma carta para nós, depois uma carta deles para a Câmara, desta para a Junta, da Junta para nós. É isto que acontece efectivamente.

## A cada um a sua responsabilidade

**COMBATE** - Ao falar-se em C.Ms. burocratizadas imediatamente se relaciona com a faculdade de a direcção poder decidir tudo sem consultar os moradores.

**Morador Y** - Não, isso não. O aspecto da burocratização dentro da A.M. acho que praticamente não existe. Se os moradores não aderem como nós gostávamos que aderissem à Associação, a culpa será de todos, mas não somos os senhores da Associação, os senhores do lugar nem coisa que se pareça. Tudo o que a malta tente fazer é difícil de fazer por muito pouco que seja, porque é preciso dinheiro para tudo. Por exemplo, quando tentamos arranjar uma rua fomos às pessoas e dissemos: "Ora bem, por onde querem que a estrada passe?" Nós achávamos bem que a estrada passasse por aqui, terminasse ali, ali fizésemos isto

e não sei que mais. Eles disseram que era porreiro, que davam um bocadinho de terreno... Portanto nós falamos com os moradores quando pretendemos fazer alguma coisa. Não somos nós aqui dentro, neste quatinho, que decidimos por eles. Quando há problemas muito grandes a apresentar aos moradores, fazem-se reuniões de moradores, associados ou não.

Na Associação há um presidente, um vice-presidente, o conselho fiscal... mas isso não funciona. Aqui dentro somos todos iguais. Eles só existem no papel, no notário e nos estatutos, para nós essas coisas não têm importância nenhuma. Nunca houve um gajo que dissesse: "Não, meus senhores, isto faz-se assim porque eu sou o presidente". Não. Cada qual assume a sua responsabilidade.

**Morador W** - Os problemas serão resolvidos por todos sempre da melhor maneira. Enfim, às vezes não é a contento de todos, porque nós nunca podemos fazer tudo a contento de todos. Se há muitos que são beneficiados, alguns podem ser prejudicados em qualquer coisa, mas nós vamos sempre pelas maiorias.

## SAAL: apoiar a luta travando - a

**COMBATE** - Que pensam do trabalho dos SAAL desenvolvido aqui?

**Morador Y** - O nosso parecer sobre o SAAL é puro e simplesmente este: quando lhes pedíamos ajuda, os gajos ajudavam-nos. Quando pedíamos um engenheiro para ver uns tubos que pretendíamos meter para o saneamento, os gajos arranjavam-nos. O mesmo aconteceu, por exemplo, quando lhes pedimos um projecto para a casa da caldeira, que para nós é um projecto porreiro e oxalá se concretize. Resumindo: quando pedíamos ajuda ao SAAL, os gajos ajudavam-nos mesmo. Agora em relação a outros problemas, acho melhor a malta não chegar mesmo a discutí-los, porque não estamos dentro do assunto. Inclusive não sabemos nada quanto a terem acabado com ele. A nossa impressão em relação ao SAAL, isto é quanto à brigada que trabalhava cá, é que nos ajudaram sempre. Quanto ao projecto SAAL para nós é o ideal.

**COMBATE** - O projecto dos SAAL aqui para a zona foi discutido por todos?

**Morador Y** - O projecto SAAL foi discutido, e não só o projecto como por exemplo está previsto construir ali 18 casas. Até o sítio onde construir essas casas e o tipo de habitação, estava para ser discutido. Os indivi-

duos tinham as maquetes quase prontas para nos mostrar. Como tipo de casa quase todas as pessoas gostavam. Sempre que pretendíamos fazer qualquer coisa discutíamos primeiro. O SAAL nunca chegou junto de nós e disse: "Meus amigos, as casas vão ser construídas aqui ou ali e são tantas casas?" Nós é que dizíamos onde as casas em princípio deviam ser construídas e eles concordavam conosco, é evidente desde que as condições indispensáveis estivessem reunidas.

**COMBATE** - Que pensam dos objectivos que levaram à criação dos SAAL?

**Morador Y** - Na minha opinião o SAAL foi criado para resolver o problema da habitação, principalmente dos moradores pobres para acabar com os bairros de lata.

**COMBATE** - Teria sido só para resolver o problema da habitação degradada... Acha que os SAAL terá contribuído para travar lutas que os moradores estavam a desenvolver?

**Morador Y** - É evidente que sim, porque se não criassem o SAAL teriam que criar outro organismo qualquer, com outro nome mas com um projecto idêntico, porque o problema dessas zonas e o problema habitacional em Portugal terá de ser resolvido, já que até agora não foi resolvido de maneira nenhuma... Vamos para a Câmara e dizemos: "Meus senhores, com SAAL ou sem SAAL, vocês têm de resolver o problema em S. Pedro da Cova". Eles respondem-nos que o concelho não é só S. Pedro da Cova, mas o que eles não podem esquecer é dois anos de luta que nós desenvolvemos aqui. Além disso estão-se a construir no concelho muitas habitações que, de facto, não correspondem ao que nós desejávamos para cá, porque são autênticas ilhas: blocos de 5 e 6 andares não é o que pretendemos dos novos bairros camarários que eles estão a fazer.



**COMBATE** - Quais são aqui as consequências da extinção dos SAAL?

**Morador Y** - Para já originou uma coisa: foi parar com o movimento, que novamente estão a tentar pôr em marcha, dos processos de expropriação. Aqui há uma porrada de zonas consideradas de utilidade pública e os gajos já com dinheiro atribuído pelo Estado, não tratam de resolver o problema da expropriação. Agora parece que a coisa vai. Em relação à extinção do SAAL não sei. Se arranjam uma equipa técnica capaz de cumprir o projecto SAAL... está muito bem. (Agora se eles

(cont. na p.16)

# UNIR A LUTA NAS EMPRESAS À LUTA NOS BAIROS

Vejamus um caso particular: os SAAL. Estes, são pensados como estrutura nova com o objectivo de resolver o problema habitacional em Portugal. Aproveitam, no entanto, a velha estrutura do Fundo de Fomento de Habitação e é este que se pretende renovar — a ligação deste serviço aos aparelhos centrais, em última análise, não é modificada, mas algo é diferente. Não se pretende só resolver o problema da falta de casas e das más condições das barracas. Pretende-se, sobretudo, que as massas populares que começavam a exigir o direito a novas condições de vida, e mais do que isso, começavam a resolver por elas mesmo os problemas locais, não realizassem, na prática, esses direitos para além de certos limites. Ou seja, era necessário evitar que os trabalhadores impusessem as suas novas formas de organização, e que estas deixassem de poder ser travadas, controladas. Ocupar casas de proprietários privados — sim, mas sem pôr em causa o sistema de organização estadual, sem aplicar formas de democracia directa... Os SAAL, ao nível dos bairros, é a estrutura que também tem como objectivo tirar o poder de decisão e de organização autónoma aos trabalhadores, que aparece com as decisões, com os projectos concretos, que arranja a maquinaria, que pede os empréstimos...

Claro que a dinâmica dos SAAL não foi igual ao longo dos tempos, o que igualmente se pode dizer das outras instituições criadas após o 25 de Abril. Na fase de primeiro desenvolvimento a acção dos vários departamentos, das várias brigadas de intervenção não é uno, nem estas perfeitamente submissas ou controladas pelo poder central — primeiro, porque no governo se combatem vários grupos de gestores sem que nenhum deles consiga deter a hegemonia decisiva. Daí a sua instabilidade. Segundo, porque, nessa altura, em que o movimento de massas era forte e o Estado pouco coeso, evitam as formas de repressão directas aos trabalhadores, antes se tenta exercer pela integração daqueles aos objectivos do governo, através de estruturas ou elementos não directamente contactados com a repressão.

É por estas razões que o SAAL aparece com várias faces durante algum tempo, tendo características diferentes no Norte e no Sul e de local para local, consoante as características das brigadas.

Com a queda do gonalvismo, as várias organizações partidárias tudo fizeram para controlarem brigadas e lhes imprimirem características próprias, pois que com a desagregação

daquele modelo de Estado, estas brigadas vão perdendo a sua razão de ser, as directivas centrais faltam enquanto novo modelo não é criado as verbas escasseiam. E assistimos assim à transformação dos objectivos próprios das brigadas e à sua sujeição mais ou menos total, transformam-se em intermediárias dos trabalhadores junto das estruturas locais: Câmaras e Juntas de Freguesia. Os moradores utilizam-nas como primeiras armas de pressão contra o governo — papel que os múltiplos partidos não se importam de jogar, pois que uma vez na oposição todo o trabalho de pressão lhes é favorável, para ampliarem as suas estruturas e crescerem em número. Nesta fase, os SAAL tiveram aspectos importantes junto dos moradores, por exemplo na criação de centros culturais, algumas vezes até no fomento de de jornais locais.

Hoje, a situação é bem diferente. A extinção dos SAAL foi uma primeira medida. Hoje que os moradores têm uma dinâmica bem diferente do após 25 de Abril, e as suas lutas são parcelares e o Estado parece bem mais interessado na criação de tecnocracias próprias e não no aproveitamento das elites trabalhadoras locais, o problema da habitação parece ser encarado como uma das formas de reactivação da economia, através da construção civil, usando no arranque os múltiplos empréstimos estrangeiros. Mas, na realidade, se assim parece pensar o PS, como tantas outras coisas que pensa ou projecta não há o mínimo início de o levar à prática.



IV

Vasto foi o movimento de moradores após o 25 de Abril. As ocupações de casas podem considerar-se como dos únicos movimentos vastos e perfeitamente autónomos, fora da produção. No período áureo do gonalvismo muitas foram as tentativas de canalizar este movimento, para formas de trabalho gratuito na construção de casas, construção de ruas, saneamento básico, etc. Nama única caçada tentava-se: melhorar a habitação dos moradores; canalizar a onda de protesto, que começava a criar formas autónomas de organização, para objectivos concretos pensados exteriormente, tentando tirar-lhe o poder de decisão; u-

tilizar mão-de-obra gratuita, dos próprios moradores nos fins de semana e fora das horas normais de trabalho — trabalho gratuito porque sob a supervisão dos gestores do SAAL e, portanto, em proveito do Estado(1). Há inúmeros casos em que os trabalhadores-moradores iniciaram trabalhos de abertura de ruas ou saneamento básico gratuitamente. Mas também cedo o começaram a recusar e a exigir dos SAAL a resolução desses problemas, ou até, noutros locais, às próprias Comissões de Moradores.

A luta dos moradores, se bem que tivesse em certos casos atingido, localmente, formas de organização muito importantes (como por exemplo, o estabelecimento de rendas de casa "socialis", em certos casos abrangendo milhares de moradores, como em Setúbal; a criação do Centro Revolucionário Mineiro em S. Pedro da Cova; a criação ou reconversão de cooperativas de produção pelo movimento dos moradores; a ligação às cooperativas agrícolas e a venda directa de produtos; para só citar alguns casos), não conseguiu nunca unificar-se nem ligar-se duradouramente às lutas na produção. As inter-comissões de moradores, embora criadas por iniciativa de base, foram cedo controladas pelos partidos ou pelas burocracias locais, já que grande parte dos processos começavam a definir. Com a ameaça das desocupações o movimento dos moradores ainda teve o novo fôlego, mas raros foram os casos, em que o apoio aos ocupantes extravasou a zona, ou as estruturas partidárias. Constituiu, no entanto, uma óptima experiência de luta para muitos moradores.

Quando o processo revolucionário chega, por qualquer motivo, aos limites da sua expansão, deixa de haver um antagonismo entre as instituições centralizadoras, dominadas pelo Estado e as instituições que resultam de processos de luta particulares, os próprios processos particulares se burocratizam e se inserem no aparelho de Estado. Os processos limitam-se e esgotam-se, e as instituições burocratizam-se. Veja-se no caso da habitação a passagem das C.Ms. para Associações, com objectivos a maior parte das vezes restricto — a construção de casas, reocupação que deveria caber ao aparelho de Estado.

É neste contexto que é importante a luta actualmente travada por algumas Associações com objectivos mais amplos (veja-se as entrevistas publicadas neste número), de cooperativas, etc. preservando assim a sua autonomia.

(1) É certo que para os moradores resultaram benefícios práticos destes trabalhos e no momento em que os realizaram, fizeram-no por decisão colectiva e contribuíram para a fortificação da sua luta e da sua unidade. Mas, dado que o Estado não foi atingido no seu âmago, pôde fortificar-se e aproveitar-se desse trabalho dos moradores.

Ver neste contexto a entrevista de S. Pedro da Cova, p.5, quando fala o morador Y.

# S. PEDRO da COVA-

aparecerem aqui a dizer: "Meus amigos nós vamos resolver o vosso problema habitacional. Vamos enfiar-vos aqui uns prédios de 5 e 6 andares", é evidente, que nós não queremos, porque o processo SAAL não é isso.

**COMBATE** - Não querem só porque não são o SAAL, ou têm outros motivos?

**Morador Y** - Não. O tipo de casas e as condições apresentadas pelo SAAL, são as que nos convêm para já. O que a Câmara está a fazer noutros lados não nos convêm para aqui, nem para lado nenhum na minha opinião, e na opinião da Associação. O tipo de casa que pretendem construir não nos interessa.

**Morador W** - Achamos que as brigadas do SAAL trabalharam aqui sempre com uma certa rectidão. Elas ouviram-nos sempre primeiro, não só os da A.M. como também os próprios moradores. Portanto, as coisas estavam para se fazerem como os moradores queriam. Agora a Câmara quer arrumar o cavalo à chuva de outra maneira, mas nós não estamos para esse acordo.

**COMBATE** - O trabalho do SAAL era só técnico?

**Morador Y** - Não era só técnico, também tinham duas assistentes sociais que promoviam reuniões quase semanalmente com os moradores e iam de casa em casa a fazer inqueritos, fazendo com que as pessoas fossem aparecendo na A.M..

**Morador W** - Tratavam de uma gama grande de assuntos. Viam aquilo que nos era necessário, interessavam-se pelo saneamento. Queriam fazer tudo dentro de uma ordem, quer dizer, não queriam estragar terrenos, não queriam implantar casas onde não podia ser. Eles faziam-nos ver as conveniências e as inconveniências das coisas. As brigadas trabalhavam bem aqui e faziam-no honestamente, embora às vezes um bocadinho morosas, por terem muito que fazer.

**COMBATE** - Com a extinção do SAAL como pensam solucionar o problema de assistência técnica, de esgotos e de outras questões?

**Morador W** - Bem o SAAL acabou, mas ainda temos elementos que se prontificam a trabalhar para nós. Pelo menos assim nos prometem e quando vamos à Câmara ou coisa parecida, acompanham-nos e prontificam-se a apresentar todos os documentos e os projectos já prontos de tudo o que queremos.

**COMBATE** - As pessoas que moram em Vale do Souto colaboram com a C.M. ou vêem nela um conjunto de pessoas a quem compete fazer todas as coisas?

## Partidos a cavalgar as A.Ms.

**Morador Y** - Aqui, como deve acontecer em todos os lugares onde haja uma C.M. ou A.M., acontece o seguinte: há pessoas que concordam plenamente com a C.M. ou A.M. e que até alinham, e há aquele grupo de pessoas porque o partido não alinha com a A.M., são à partida contra esta. Embora em sessões de esclarecimento digam que têm de colaborar com as C.Ms. porque eles é que sabem os problemas do seu lugar. Mas o que acontece? Por norma as pessoas que são de partidos da direita gostam de ficar em casa à noite a ver televisão, a beber uns copos, enquanto os gajos de partidos de esquerda, os trabalhadores digamos assim, são bastante mais activos e estão-se marimbando para a televisão, para a Heidi e não sei que mais... aparecem mesmo e colaboram. Que acontece depois? São acusados de comunistas, dito e daquilo, só porque trabalham, só porque tentam resolver os problemas dos moradores. Digamos que cá há uma percentagem de uns 25% que discorda totalmente da A.M. e do C.R.M..

**COMBATE** - Porque é que essas pessoas discordam?

**Morador Y** - Porque o partido não concorda com isto e o padre e a igreja não concordam com os comunistas e os gajos que trabalham nas C.Ms. são comunistas.

## De Corvacho a Veloso

**COMBATE** - Mudando de assunto, quais foram os reflexos do 25 de Novembro na Associação de Moradores?

**Morador Y** - Os reflexos que teve na A.M. vem-se sentindo agora. No princípio houve uma desmobilização da parte do pessoal, mas pouco a pouco a malta foi vendo que os gajos não cumpriam as coisas já prometidas e que o povo em geral, se começou a marimbar para o processo revolucionário do 25 de Abril. Acho que se reflectiu em todas as comissões e em todo o povo.

**Morador W** - Houve um período bastante bom, quando tínhamos aqui no Porto o Corvacho, em que eles ajudavam as C.Ms. em transportes e até os próprios soldados ajudavam a carregar madeira e uma série de coisas. É evi-

dente ter havido uma certa euforia. Depois de para o Porto ter vindo o senhor Veloso amornou muito, porque os gajos começaram a cortar todas essas coisas.

Contudo as lutas dos trabalhadores continuavam por todo o país.

## Como um partido trama à partida

**Morador Y** - Voltando um pouco mais atrás, os gajos que estão na Câmara, o presidente é PS, e o executivo da Junta é PS. Sobre o problema concreto da nossa Associação e de mais duas ou três C.Ms. daqui, que é o problema das minas -- os terrenos das minas -- o que é que acontece? O advogado do Cid Monteiro é o José Luís Nunes, deputado do PS. Como o presidente da Câmara é PS e o executivo da Junta é PS, é evidente estarmos à partida tramados.

Temos um caso flagrante: em 18 de Janeiro, foram dois membros da A.M. falar com o presidente da Câmara, por causa de uns gajos que andavam aí a cortar uns pinheiros. Foram dizer ao presidente que não se responsabilizavam por nada do que estava a acontecer aqui. A Câmara que visse o que estava a fazer, uma vez que isto já estava considerado de utilidade pública e que no Diário do Governo de 27 de Dezembro, aliás Diário da República do ano passado, tinha sido concedido um subsídio a Vale do Souto e Aledia para indemnizar o Cid Monteiro.

A malta contou isso ao gajo. Ele chamou lá por uma porrada de gajos para trazerem os Diários da República, onde isto tinha sido considerado de utilidade pública, a concessão do subsídio e não sei que mais. O presidente perguntou a um funcionário como era isto e o gajo disse: "Senhor presidente isto agora é nosso, porque já foi concedido o subsídio, agora só existe a tomada de posse administrativa. Portanto, nós já temos a nossa parte de responsabilidade no meio disto tudo". O presidente passou um documento para a Junta de Freguesia e GNR, a proibir de levarem daqui fosse o que fosse.

**Morador W** - Inclusive a Junta passou uma carta aqui para a A.M. para que a gente não deixasse sair nada daqui.

**Morador Y** - Logo em seguida, por volta de 2 de Fevereiro, a malta teve conhecimento que uma A.M. com problema idêntico, de Matosinhos, foi junto do presidente da Câmara e apresentou o mesmo problema. Ele disse que não podia passar nada disso porque isto está muito confuso -- esse problema de

# CÉU ABERTO

expropriações e de terrenos considerados de utilidade pública. Entretanto o que acontece é que as Associações de Moradores de Vale de Souto e Aldeia de Gondomar já têm isso. O gajo telefonou ao presidente de Gondomar e disse: "Oh, pá, então tu passaste uma coisa dessas à A.M.?" O gajo ficou um bocado atrapalhado mas pelo meio disto tudo o presidente da Câmara é um amigo íntimo, além de ser do mesmo partido, do José Luis Nunes. Como é amigo do gajo, deve ter sido chamado à atenção por ele, é evidente, uma vez que é o advogado do Cid Monteiro e ele logo em Fevereiro anulou o ofício que tinha mandado anteriormente para aqui. A partir daí o gajo faz nem mais nem menos o que o governo faz: não se define. Acabou em parte com o SAAL, dizendo que o SAAL era mau. Pode ser que seja, mas então criem uma coisa melhor ou igual pelo menos. Agora acabarem com uma coisa e não criarem nada a substituir não está bem de certeza.

Acho que eles não resolvem o problema com as casas pré-fabricadas. O governo é de uma indefinição total acerca das C.Ms. e A.Ms., e toda a política que desenvolvem dá-nos a impressão de pretenderem desmobilizar as C.Ms. e A.Ms., arrumá-las para segundo plano e serem eles a decidir. Eles pensam que é nos gabinetes que podem saber o que precisamos e o que não precisamos, ou seja, nós não precisamos de pensar porque temos um gajo a pensar por nós.

## Por detrás sempre o dinheiro

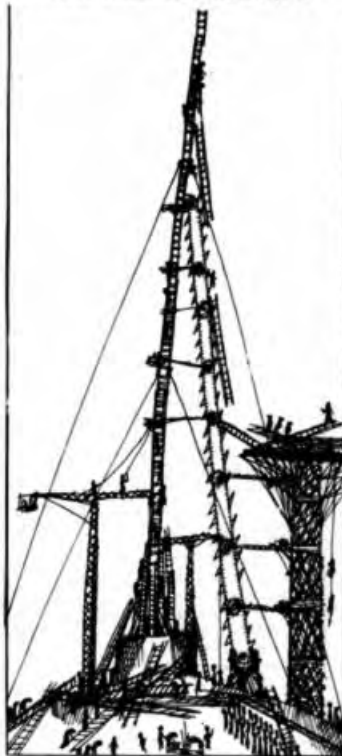
**COMBATE** - Tem-se verificado que as C.M. e as A.M. na resolução dos seus problemas não ultrapassam os centros de decisão estatal. Não haverá maneira de resolver os vossos problemas sem terem de estar dependentes dos órgãos estatais?

**Morador Y** - Eu acho que não. Inclusive agora empurraram-nos para os tribunais, e um gajo tem de recorrer a advogados. Por muito pouco que se tenha que fazer em qualquer lugar fica muito caro. Portanto, está o dinheiro por trás disto tudo, e quem tem o dinheiro é o governo, são as repartições e as secretarias. Como nós sem dinheiro não podemos fazer absolutamente nada, e eles empurraram-nos para as Juntas de Freguesia, Câmaras e outras porcarias do género, um gajo não tem outro remédio senão recorrer a eles.

Antigamente quando era preciso fazer qualquer coisa recorria-se aos abaixo-assinados e não sei que mais,

toda a gente assinava para se arranjar uma lâmpada para a rua x. É evidente que hoje quando vamos à Junta é com outra intenção; não levamos abaixo-assinados, chegamos lá dizemos o que queremos e o que precisamos. Senão, qualquer dia, rebentamos aquela droga toda. Essa é uma das formas de luta.

Há bocado falou-se no problema da Câmara, que é o seguinte: a 18 de Janeiro a malta chegou à Câmara e dissemos que queríamos falar com o presidente. O continuo disse-nos que ele não recebia ninguém até Fevereiro, porque tinha tomado posse há pouco tempo e queria ter as coisas preparadas antes de receber. Como nós insistimos ele recebeu-nos. Depois, não só nós como outras Comissões e Associações



e até outras pessoas particulares tentaram contactar com o presidente, mas ele era como um ser superior; não recebia ninguém. Estava-se marimbando, mandava as pessoas para a Junta. Quando ele a 2 de Fevereiro, fez um aviso a anular o de 18 de Janeiro, fomos à Câmara porque nesse dia havia uma sessão pública. Mas o presidente só deixa os municípios falar uma vez por mês, na última sexta-feira de cada mês. Como essa era a primeira ele não deixou falar. Voltámos para trás e recolhemos uma série de elementos: decretos-lei, etc. O nosso problema era a posse administrativa imediata dos terrenos da ex-companhia das minas. Munião-nos de documentos para que o presidente não caísse em contra-dições e fomos ter com ele. Nomeámos

um porta-voz para não sermos todos a falar, e quando lhe perguntámos porque não fazia a tomada de posse administrativa, ele respondeu que havia falta de documentos. Além disso, como sabia que as C.Ms. iam lá, tinha-se preparado muito bem, inclusive tinha mobilizado o piquete de segurança do partido dele. Certamente queria acabar com a reunião. Mas como eram uma percentagem mínima, nem tentaram fazer nada. Dissemos o que queríamos. Na discussão o presidente começou a meter os pés pelas mãos dizendo que não tinha documentos, mas nós mostrámos os recibos que provavam a sua existência. A certa altura, o presidente disse que dado ser muito tarde, não se sentia capaz de responder a todas estas perguntas. Aqui deixou de se apresentar com aquele ar importante e marcou uma reunião com todas as Comissões, pedindo-nos que o informássemos de quantas pessoas iam à reunião. Em resumo, quando abandonamos a tática das cartas e nos mobilizamos, conseguimos alguma coisa.

## A unidade existe quando necessária

**COMBATE** - Há bocado quando falei na possível ultrapassagem dos centros de decisão estatais pelas C.Ms. estava a lembrar-me de algumas empresas em auto-gestão que criaram um secretariado. Está prevista a criação de alguma inter-comissões de moradores para congregar as C.Ms. ou de qualquer estrutura que congregue A.Ms. com problemas semelhantes?

**Morador Y** - Quando foi necessário ir à Câmara, o C.R.M. chamou as Associações que tinham problemas com os terrenos da ex-companhia das minas, reuniu-as todas, levou um porta-voz que por acaso não era de nenhuma C.Ms., mas era do CRM. As Associações cá da terriola quando tem problemas reúnem no CRM. Já funcionou uma inter-comissões de moradores mas não funcionava muito bem, porque havia algumas C.Ms. que não concordavam com o CRM o que causava problemas quando se fazia lá reuniões. O importante é que as pessoas quando têm problemas concretos para resolver, vem ao CRM, e então todas as C.Ms., não só as que tem problemas bem como algumas outras, tentam resolvê-los. Portanto não existe uma inter-comissões de moradores organizada mas existe a unidade quando ela é necessária.

**COMBATE** - Existe unidade aqui na Terriola. Mas por exemplo a nível do conselho de Gondomar existe alguma estrutura que congregue as A.Ms.?

**Morador Y** - Há a Assembleia Popular de Gondomar.

**COMBATE** - A propósito dessa assembleia popular de Gondomar: consideram que houve alguma tentativa de aproveitamento das C.Ms. por parte dos partidos?



## QUAL O SIGNIFICADO QUE ATRIBUIMOS AO NOSSO TRABALHO

Temo-nos preocupado sobretudo, neste jornal, em falar das lutas dos trabalhadores e não das actividades e problemas do nosso grupo. Ao fazê-lo vamos, evidentemente, contra a prática usual dos vários partidos, que pretendem ocupar com a sua sombra todo o horizonte histórico e só referem as lutas operárias quando estas se manifestam de acordo com os pressupostos ideológicos de cada grupo — ou, pelo menos, quando cada grupo pretende apresentá-las desse modo.

Para nós, pelo contrário, a afirmação de que a *libertação dos trabalhadores só pode ser obra dos próprios trabalhadores* não é uma mera figura de estilo, nem queremos dizer que os trabalhadores se libertam quando eles próprios tiverem compreendido que as nossas ideias são as salvadoras, que somos os novos profetas, etc., etc. Ao afirmarmos que a *libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores* queremos dizer, muito exactamente, aquilo que está escrito. Queremos dizer que os proletários não têm só a sua prática de assalariados proletários mas são também capazes, em todas as circunstâncias e momentos, de formas várias de prática anti-capitalista. E queremos também dizer que os proletários são capazes, não só de lutar, mas ainda de compreender a sua luta e de produzir os ideais e as ideias gerais necessários à sua luta.

Qual o papel, então, que atribuímos à acção de grupos revolucionários como o nosso, independentes de cada uma das lutas concretas em cada fábrica, em cada herdade, em cada bairro?

É para responder a esta pergunta que vamos abrir aqui excepção e referir sumariamente as concepções que temos sobre o nosso trabalho e a sua utilidade.

Pensamos, antes de mais, que a nossa colaboração com o movimento do proletariado e todas as lutas de emancipação anti-capitalista tem, para as lutas, um valor meramente secundário. Mas pensamos também que, embora de valor secundário, a nossa acção tem utilidade. Em primeiro lugar, parece-nos importante o trabalho que temos feito ao longo de três anos de existência e de meia centena de números do jornal *Combate*, divulgando os relatos das formas de organização concretas assumidas pelas lutas operárias. E se, nessas formas de organização, se vêem frequentemente aspectos reproduzidos da sociedade capitalista, aspectos de opressão e de hierarquias que temos procurado criticar, apercebemo-nos também de formas de organização novas, igualitárias, comunitárias e permanentemente mutáveis — e são essas formas de organização que

nos mostram, prática e concretamente, os caminhos que tomará a sociedade futura. Ou seja: os caminhos que essa sociedade futura toma desde já, visíveis nas lutas quotidianas do proletariado. São frequentes os leitores, especialmente intelectuais formados no meio político tradicional, que nos acusam de não apresentarmos alternativas à sociedade capitalista. Que não apresentamos alternativas inventadas por nós, saídas da nossa cabeça. Divulgamos as alternativas concretas, realmente existentes, que os operários em luta quotidianamente constroem nas formas sociais novas que nessas lutas produzem. Quando se procede, nas entrevistas, ao relato que se pretende minucioso das formas sociais das lutas, não estamos a apresentar *matéria-prima* que os inteligentes intelectuais políticos se encarregarão depois, bondosamente, de pensar e repensar, produzindo as suas *ideologias revolucionárias*. Em nosso entender contém, por si mesmas, não só um relato de formas sociais, como um conjunto de ideias suficientemente amplo e coerente, e que constitui a ideologia revolucionária que o proletariado em luta vai produzindo e desenvolvendo.

Além disso, na medida em que frequentemente se juntam, na realização das entrevistas, trabalhadores de várias empresas e com várias experiências de luta, a realização do jornal contribui também para o aumento do contacto directo entre trabalhadores com experiências práticas diversas.

Mas as ideologias de grupos políticos revolucionários, se exprimem frequentemente as suas ilusões e utopias, reflectem também as experiências do movimento operário, as suas possibilidades, as suas esperanças ou, tantas vezes, os seus fracassos. É por isso que consideramos útil para a formação, pelos trabalhadores, de ideologias revolucionárias, a divulgação de textos de variadas correntes e de grupos que, na sociedade actual, se propõem lutar não só contra o capitalismo de propriedade privada, mas ainda contra o capitalismo de Estado. É com esse objectivo que mantemos as edições *Contra a Corrente* e a livreria *Contra a Corrente*.

A livreria é ainda um espaço à disposição de grupos revolucionários autónomos, anti-capitalistas, que dele precisam para as suas actividades.

Se fizermos um balanço da nossa actividade, temos perfeita consciência do seu carácter secundário e da sua importância reduzida relativamente ao vasto movimento revolucionário anti-capitalista do proletariado. Mas — e é isso que os partidos e a maioria dos grupos, pequenos ou grandes,

são incapazes de compreender — não são os grupos políticos quem muda a história, nem quem dá a força ao movimento operário. Limitam-se a retirar a força da força do movimento operário ou, na generalidade dos casos, a retirar antes a força da fraqueza do movimento operário. Não pretendemos ser cativos da paranóia que tão frequentemente atinge os militantes. Não acreditamos que sejamos nós a mudar a história. Pretendemos, somente, tentar compreender e ajudar a compreender em que medida a história nos vai mudando a todos e como é que cada um de nós participa na acção dessa vasta mudança.



### ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VALE DO SOUTO E ALDEIA S. PEDRO DA COVA

(Continuação p.17)

**Morador Y** - Não. Acho que não... Acho que neste momento há interesse por parte do PS em monopolizar algumas C.M.s.. Em S. Pedro da Cova o PS teve, em 1975, quatro mil e tantos votos e o PCP 700 ou 800. Nas outras eleições o PS baixou para três mil e tal e o PCP subiu para mil e pouco.

Entretanto dá-se a ocupação do CRM e formaram-se as C.M.s.. Ve-se a seguir que o PCP continuava a subir e o PS a descer; o CDS subiu e o PPD baixou. Isto não quer dizer que o PCP fosse beneficiado com a ocupação do CRM e a formação das C.M.s..

**COMBATE** - Para terminar o que estão a fazer neste momento e quais os projectos futuros?

**Morador Y** - Desde Julho de 75 a Janeiro de 77, recebemos aproximadamente 62 contos das rendas de casa e, em 1975, fizemos uma despesa em obras de 4.626\$00 e em 1976 de 25.456\$00, portanto temos um saldo de aproximadamente 30 contos.

**Morador X** - As obras foram: janelas, água dentro das casas, esgotos, fontenários, telhados, quartos de banho e está-se a planear outras obras.

**COMBATE** - Qual o destino a dar ao dinheiro em caixa?

**Morador Y** - A A.M. tem duas contabilidades: uma é das rendas, outra é das massas que a malta consegue por fora, festas por exemplo. O das rendas é gasto nas casas das pessoas que as pagam. O outro dinheiro será gasto em coisas várias que a A.M. terá de comprar.

**Morador W** - Projectamos no futuro uma cooperativa de consumo e distribuição, um jardim escola, recintos polivalentes, cinema, parque infantil e melhorar o museu do CRM, etc..

# PORTO DA PAIÃ

(Continuação p.13)

não sabemos se eles nos querem dar hoje dez para amanhã nos tirarem cinco, procuramos avançar o mais rapidamente possível com isto, mas não descuramos outras questões. Procuramos, por exemplo, dentro em breve trazer aqui alguém ao nível da saúde por causa das crianças da escola; vamos tentar fazer um infantrião ligado à colectividade, juntamente com a Associação, não só para a população do bairro como também aqui para a zona.

**COMBATE** - As assembleias gerais da Associação são abertas a toda a gente? E toda a gente pode participar na discussão?

**Morador A** - Exactamente.

**COMBATE** - Toda a gente ou só os sócios?

**Morador A** - Assuntos directamente ligados a Associação, serão os sócios que terão direito de falar, mas aquilo é aberto a toda a gente. Se aparecem problemas para além da Associação, nós procuramos dar o seguimento que eles merecem. Até agora temos estado empenhados na publicação dos estatutos e com toda essa burocracia da Associação e tivemos pelo menos três meses nesse trabalho exaustivo. A partir de agora, tentamos abrir o mais possível a Associação, comunicar às pessoas... Nós temos 84 casas, mais 24 reservas e temos setenta e picos sócios; procuramos mesmo que as pessoas se inscrevam nas Assembleias Gerais...

**COMBATE** - Têm alguns contactos com empresas aqui da zona?

**Morador A** - Não, está tudo controlado pelos partidos.



**CAMARADA!**  
COLABORA NA DIFUSÃO DO "COMBATE":  
Promove a sua distribuição arranja novos assinantes

**CAMARADA:**

PARA CONSEGUIRMOS MANTER O COMBATE TAL COMO ELE É, PRECISAMOS DO APOIO MATERIAL DE TODOS AQUELES QUE ACHAM IMPORTANTE A SUA CONTINUAÇÃO.

PODES APOIAR-NOS:

- AJUDANDO A DIFUSÃO DO JORNAL NO TEU LOCAL DE TRABALHO, OU NA TUA REGIÃO SE ELE NÃO FOR AÍ DISTRIBUÍDO.

- ENVIANDO-NOS MATERIAL: CRÍTICAS, ENTREVISTAS, DESENHOS OU FOTOS, COMUNICADOS DE LUTAS, NOTÍCIAS DE LUTAS NÃO DIVULGADAS, ETC.

- FAZENDO-TE ASSINANTE OU FAZENDO ASSINANTES OS TEUS CAMARADAS E AMIGOS.

ESTE JORNAL NÃO TEM OUTRA BASE FINANCEIRA SENÃO OS SEUS COLABORADORES E OS SEUS LEITORES.  
MANTÉM A TUA ASSINATURA EM DIA!

# NEUWMARKT

Novo movimento de ocupações

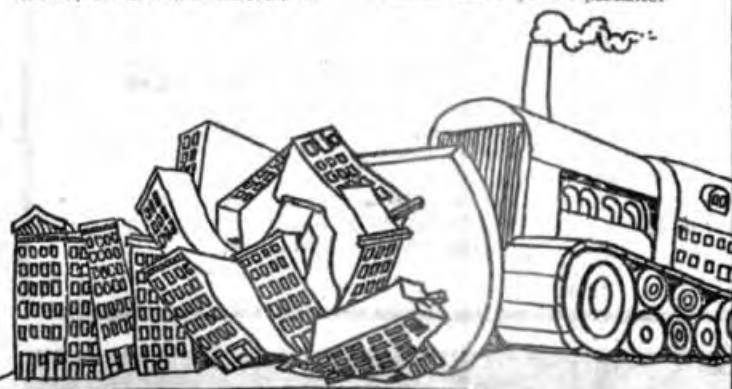
(Continuação p.8)

Há agora em toda a cidade um importante movimento de ocupações. Em muitas casas ocupadas existem pequenas cooperativas (carpintarias, etc.) dos habitantes. Embora as actividades sejam mais isoladas do que no período de Neuwmarkt as contradições do sistema não deixaram de existir, com a consequente falta de casas. Em algumas ruas residem centenas de ocupantes, e no futuro irão surgir novos problemas com eles. Com o Metro, construir-se-ão subúrbios que serão na verdade os novos ghettos, e nós já o compreendemos.

Temos agora uma tradição de acção directa, de democracia directa; há

pessoas que a experimentaram e que a têm no sangue.

A solidariedade é bela mas não cooperamos em coisas para as quais não podemos realmente contribuir. As manifestações em Portugal, por exemplo, são belas, mas vocês não nos vêm lá. Portugal interessa-nos, lêmos coisas sobre ele e alguns de nós estiveram em Portugal e fizeram amigos. Temos amigos que estão muito interessados em Portugal. Mas que podemos fazer? Enviar 100 florins para uma cooperativa agrícola? A única coisa que sabemos é que vos apoiamos da melhor maneira quando lutamos aqui nas frentes anti-capitalistas. Isso é que é importante.



QUERO ASSINAR O "COMBATE" DESDE O Nº ...

1 ano (12 números)	100\$00
6 meses (6 números)	50\$00
Apoio (anual) mínimo	120\$00
Europa (anual)	200\$00 (por avião)
USA (anual)	250\$00 (por avião)

QUERO VENDER ... EXEMPLARES DO "COMBATE"

MORADA ...

Junto envio .....\$...

(Todos os cheques e vales postais devem ser enviados em nome do director)

# A DIREITA NAS ESCOLAS QUE FAZER?

A direita e a extrema-direita aparecem nos liceus encabeçadas, na maior parte dos casos, por meninos-família, coadjuvados por seitas de indivíduos contratados que fazem profissão da provocação. O amorfismo da maioria dos estudantes, provocado por dois anos de domínio esquerdista dos liceus, em que os principais problemas estudantis foram esquecidos em nome da luta partidária, vai permitir o domínio das forças de direita estimuladas por um contexto social que a partir do 25 de Novembro lhes permite uma actuação muito mais às claras.

É assim que a extrema-direita aparece a invadir os liceus, em Reuniões Gerais de Alunos a dar porrada em estudantes ou a provocar os estudantes de várias formas. A isto junta-se a repressão policial que, como no caso do liceu Garcia da Orta, secunda os provocadores e lhes dá força. A necessidade de contestação e agitação contra as medidas governamentais que vão de encontro aos interesses dos estudantes, é assim abafada pelos provocadores a pretexto de coisas que nada têm a ver com as escolas, como aconteceu no liceu D. Pedro V onde os fascistas malharam nos estudantes de esquerda a pretexto da repressão que o capitalismo de Estado etíope exerce sobre os estudantes desse país. Ao governo, como é evidente, convém este estado de coisas em que os únicos que poderiam contestar as suas medidas, embora de uma maneira bastante incorrecta digam-se, são assim impedidos de o fazer pela coacção física que chega a pontos de pôr um estudante em coma no hospital, como aconteceu no liceu Padre António Vieira. Para completar o "ser-

viço" a polícia socialista carrega sobre os estudantes à mínima movimentação: como aconteceu no Porto com os estudantes de Psicologia (18 feridos) ou em Lisboa onde a polícia de choque feriu várias pessoas em frente ao MEIC, no dia 20 de Maio. A polícia intervém ainda de braço dado com os provocadores baleando, no Garcia da Orta, um estudante que se opôs à "juventude hitleriana".

Perante esta situação que fazer? Cruzar os braços para não responder à provocação, como nos aconselham alguns colegas de grupos de esquerda? Na verdade nós pensamos que é muito importante a nossa organização, de forma a podermos dar uma resposta justa à provocação e agressão por parte de elementos reaccionários. Nós achamos que se eles têm possibilidade de se organizarem e de prepararem acções contra os estudantes, também nós lhes podemos dar a resposta merecida.

Neste momento é cada vez mais necessária uma unidade de todas as forças anti-direitistas com o fim de lutar e neutralizar a acção dos provocadores. É necessário que todos os camaradas, qualquer que seja a sua convicção ideológica, vejam que o essencial é a nossa unidade agora, para responder ao terrorismo de direita, sem teorizações inúteis.

É necessário que todos os camaradas vejam que a única alternativa é responder com porrada e bem unidos à porrada que os provocadores nos dão.

*É necessário responder à provocação!*

Este texto foi escrito por um grupo de estudantes do Liceu D. Pedro V e do Externato de Moscavide.

# DOSSIER

DE LUTAS n.º 2

18 FEV. - 15 MAIO

Combate

Prosseguimos a publicação dos resumos das lutas. As informações são retiradas da imprensa diária e semanal; para que possamos ultrapassar estas fontes de informação, pedimos a todos os camaradas que nos enviem informações de lutas que tenham conhecimento, bem como as correcções que considerem necessárias.

Usamos aqui várias siglas por imposição de espaço, das quais destacamos: C.T. - Comissão de Trabalhadores; M.T. - Ministério do Trabalho; MIT - Ministério da Indústria e Tecnologia; OCTV - Contrato Colectivo de Trabalho Vertical; CNS - Comissão Negociadora Sindical; PRT - Portaria de Regulamentação de Trabalho.

## INDÚSTRIA

**GEVAERT** - Reabriu no dia 28/2 (e não no dia 23 como estava anunciado). O governo parece disposto a caucionar os custos da produção e julga reunidas as condições para a readmissão dos 85 trabalhadores a serem despedidos. Estes recebem os salários da guarita do porteiro pois a administração proibiu-os de passarem além do recinto aramado. Mais tarde, um despacho conjunto do Conselho de Ministros, Sec. de Estado da População e Emprego dizia: "Esgotada que está a possibilidade legal da intervenção por parte da SEPE no sentido de evitar ou minorar os efeitos do despedimento colectivo e ao abrigo de ... é autorizado o despedimento colectivo de 85 trabalhadores (...)" A administração recusa-se a pagar a indemnização.

**ALSIPE** - O patrão paga 7 dias de salário aquando da greve de Janeiro e concede um empréstimo aos trabalhadores, pagável em seis meses, respeitante à paralisação feita.

**ALUMBA** - Grupo Unigest-Europac - embalagens e artigos metálicos - 230 trabalhadores - Vilaverde (sintra) Gestores abandonam a empresa (28/3). Paralisação dos trabalhadores por falta de matéria-prima, apoio bancário e falta de pagamento a fornecedores e ainda impossibilidade de levantamento de matéria-prima da alfândega por falta de assinatura da administração. A Unigest pretende para gerir esta empresa uma indemnização de 55 mil contos pelo Estado, financiamentos sem juros superiores a 30 mil contos e moratória das dívidas.

**ALUMÍNIA** - Termina o conflito com aprovação em plenário de uma proposta elaborada entre a C.T., o M.T. e a administração. Os trabalhadores passam a trabalhar 6 horas semanais, em vez das 5, durante a primeira quinzena, passando depois a trabalhar por turnos. Os trabalhadores receberam o 139.º mês (de 76) em prestações e a administração vai tentar obter financiamento para a concretização da proposta. É anulado o desconto de 26 horas a cada trabalhador, correspondente à quebra de produção aquando da luta pelo 139.º mês.

**ANÍBAL H. ABRANTES** - *Marinha Grande* - 312 trabalhadores - não pode recorrer ao crédito bancário porque os principais acionistas (Explosivos Trafaria e sociedade Financeira Portuguesa) não dão os respectivos avales de financiamento. Investimento imediato: 16 mil contos (para aquisição de maquinaria). Produção anual: 84.000 contos (os trabalhadores dizem que pode ser ultrapassada para além dos 100 mil). Exportação para alguns países da CEE, da EFTA, da América Latina, Singapura e RDA. - fábrica mol-de-plásticos.

A C.T. (decisão de plenário de 14/4) dá um prazo ao governo de um mês para solucionar os problemas existentes, findo o qual os trabalhadores encetarão novas formas de luta, que podem ir até à retenção da produção na fábrica e à comunicação da situação às embaixadas dos países para onde vai a produção.

**AUTO-RECONSTRUTORA** - Barreiro - cerca de 170 trabalhadores - fábrica de material rodoviário pesado. Intervenção estatal desde 10/1/76. Nesta altura tem um passivo de 46 mil contos. Os trabalhadores amortizam 3.500 contos da dívida deixada pelo patrão António Abreu; criaram mais 12 postos de trabalho. Desintervenção em 1/4/77.

Desde as 8 horas de 1/4 que os trabalhadores se encontram paralisados como forma de protesto devido ao regresso do patrão. Este ameaça contratar novos trabalhadores se o trabalho não fosse reconhecido a 4/4. Os trabalhadores formam piquetes de greve permanentes, impedindo a entrada do patrão (salvo se acompanhado pela PSP). É realizado um espectáculo público para recolha de fundos para os trabalhadores.

17 trabalhadores, 9 dos quais da C.T. recebem cartas do patrão comunicando a sua suspensão. A 9/5 a polícia de choque evacuou o local onde se encontravam os piquetes nocturnos

e elementos da C.T.. Quando a polícia se retirou foi apedrejada enquanto dava cargas de bastão, originando feridos.

Manifestações de solidariedade: paralisação simbólica de 15 minutos na cintura industrial de Setúbal; diversas organizações representativas de trabalhadores apoiam a luta.

Os trabalhadores recusam a proposta patronal para entrarem um mês de férias.

**BARRAGEM DA AGUIEIRA** - A administração impõe novo horário de trabalho com dois turnos rotativos diurnos: de segunda a sexta e de terça a sábado. Afectados por esta medida, os electricistas fizeram uma paralisação de protesto que afectou os outros sectores de trabalho, enquanto os metalúrgicos aguardam uma comunicação governamental, por escrito, para decidirem as medidas a tomar. Consultados há tempos sobre o despacho de 19/11/76, os trabalhadores fizeram sugestões tendentes à sua suspensão mas ainda não tiveram nenhuma resposta do ministério.

**BORDADEIRAS** - Madeira - 63 fábricas - cerca de 2.000 trabalhadoras. Acabado o prazo dado ao M.T. e à Associação patronal para a satisfação das reivindicações (saída do C.C.T., ou portaria que incluía um aumento de 500\$00 a partir de Janeiro de 77, para além dos 700\$00 reivindicados a partir de maio de 77) as trabalhadoras entraram em greve dia 26/4. A maior parte das empresas acedeu, então, a passar os salários de 3.300\$00 para 4.000\$00. Em reforço da posição do sindicato que continua a reivindicar 4.500\$00, sete empresas de média dimensão continuam a greve a 100% e três a 60%. O M.T. nomeou uma comissão para elaborar uma portaria em que se respeite pelo menos o salário mínimo nacional.

**BORDADOS DO MACHICO** (cooperativa) - 200 bordadeiras desta cooperativa concentraram-se no Funchal a 2/5 protestando contra a "falta de apoio e boicote pelo governo regional", sendo em risco a viabilidade da cooperativa. Acusam ainda o Governo, de fomentar, através do PPD, a criação de uma nova cooperativa.

**CABOS ÁVILA** - fábricas de condutores eléctricos.

A C.T. e a comissão sindical fizeram aos trabalhadores uma proposta, que foi aprovada, de entrar em greve progressiva a partir de 1/4 até à greve total a 6/4 para pressionar a administração ao cumprimento do contrato e "acabar com a escalada repressiva

## Suplemento II

— multas, tentativas de agressão, despedimentos ilegais, inquéritos, perseguições, expulsões ilegítimas".. A empresa não lhes tem pago retroactivos em atraso nem o subsídio de Páscoa. As trabalhadoras decidiram fazer diligências junto do M.T. no sentido de serem feitas negociações. Por considerarem bom o andamento destas negociações a greve viria a ser suspensa.

**CARIDES** - Pousada de saramago - Vila Nova de Famalicao - têxteis - 1000 trabalhadores.

Em consequência da suspensão de seis trabalhadores sem vencimento, até conclusão de um inquérito que lhes foi instaurado pela administração, e por considerarem tal suspensão ilegal, um grande número de trabalhadores desta empresa paralisou de 4/3 a 8/3. Alguns "amarelos" para furarem a greve requisitaram protecção ao Governo Civil, que enviou a GNR, mas não houve incidentes.

**CARTONAGENS** - Os trabalhadores abrangidos pelo contrato colectivo de trabalho vertical das actividades gráficas, cartonagens e afins (45.000 trabalhadores divididos por 30 sindicatos) através da Comissão Negociadora Sindical divulgaram um manifesto de luta em que dão um prazo até 16/3 para reconeçarem as negociações, recusando fazer horas extraordinárias.

**CERÁMICOS DO BARRO VERMELHO** - cerca de 10.000 trabalhadores.

Tendo começado com uma paralisação da parte da tarde do dia 28/2 exigindo salários iguais para homens e mulheres, os delegados sindicais, reunidos a nível nacional a 22/3, decidem paralisar a partir de 28/3, face à recusa do patronato em negociar e do M.T. em publicar uma Portaria de extensão do Contrato para o Barro Branco ao Contrato para o Barro Vermelho. Convocada para uma reunião no M.T. nesse mesmo dia 28, a Comissão Nacional Sindical (C.N.S.) esclareceu que "essa reunião visava dar início aos estudos preparatórios de uma Portaria de regulamentação, o que não é a mesma coisa que uma Portaria de extensão". Os dirigentes sindicais informaram que tinha sido aumentado em mais de 110% a matéria-prima e lembraram que o Contrato que os rege data de 72 com um simples reajustamento em 75, pelo que os trabalhadores não podem aceitar um aumento de só 15%.

**CESBOM** - indústria alimentar (tripas) - sacovém - 60 trabalhadores - capital estrangeiro.

Após 4 meses sem receberem salários os trabalhadores ocupam as instalações. O patrão compromete-se, por escrito, no M.T., a fazer os pagamentos. Os trabalhadores põem a hipótese da formação de uma cooperativa, no que são apoiados pelo Sindicato das carnes.

**CONFECÇÕES O-O** - 7 trabalhadores

Nesta empresa onde nunca foi cumprido o C.C.T. as trabalhadoras solidarizam-se com uma operária despedida e são agredidas. O despedimento é impedido, mas a patroa declara a sua intenção de fechar a empresa por esta não dar o lucro desejado. (Fins de Março).

**CONFECÇÕES SALGADO E SILVA, LDA** - Braga - 10 trabalhadores.

Após dia 9/2 os trabalhadores terem aderido à greve do sector têxtil, paralisando uma hora, a patroa fez lock-out durante várias semanas, tendo os trabalhadores continuado a aparecer ao trabalho.

**CONSTRUÇÕES TÉCNICAS** - A 1/4 a Comissão Coordenadora dos trabalhadores desta empresa, intervencionada desde Abril de 76, considerou "imoral, imposta e desnecessária" a devolução da empresa aos antigos patrões. Duma votação entre os trabalhadores desta empresa que trabalham na Barragem da Agueira resultaram 545 votos a favor da devolução, 111 contra e 33 brancos ou nulos. A Comissão tem procurado avistar-se com os órgãos superiores de Estado.

**COOPERATIVA UNICARMO** - Câmara de Lobos - Madeira.

Por esta cooperativa ter sido atacada os trabalhadores foram ao sub-posto da PSP prestar declarações, um deles é então espancado pelo sub-chefe. (Comunicado da União dos Sindicatos da Ilha da Madeira)

**ESTORCOOP** - cerca de 30 trabalhadores - esta cooperativa resulta da Freme, das senhoras Nicolau sorbonense e César Torres e foi formada devido ao abandono destes administradores, para salvaguardar os postos de trabalho.

Em Março de 77 os tribunais decidiram fazer pagar aos trabalhadores os impostos sobre os lucros dos ex-patrões durante o ano de 1973. Sob a ameaça de serem penhoradas máquinas e instalações, a viabilidade da cooperativa é difícil.

**ELECTRICIDADE INDUSTRIAL PORTUGUESA** - fabrico de postos de alta tensão, sub-estações e transformadores - cerca de 300 trabalhadores - Lisboa.

Reunidos a 21/4 os trabalhadores desta empresa (excluindo os do sector técnico-comercial)-que não recebem salários desde Janeiro, nem horas extraordinárias, ajudas de custo e subsídios desde Setembro de 76—decidiram entrar em greve a partir de 23/4 para exigirem os pagamentos em atraso, e porque consideram a empresa viável, mas mal gerida, exigem também o saneamento económico e financeiro e um adequado planeamento da empresa, como garantia dos postos de trabalho. A 30/4 concentraram-se em frente da Assembleia da República, tendo a administração começado a pagar alguns salários de Fevereiro.

**FÁBRICA DE CALÇADO** - Oliveira de Azeméis. Nesta empresa foi despedido um delegado sindical. Solidários 22 trabalhadores entram em greve (esta greve em princípios de Março durava já há dois meses). Na empresa apenas 12 trabalhadores têm contrato a prazo. O Sindicato dos Operários do Calçado e Malas do distrito de Aveiro e Coimbra apoiam estes trabalhadores em luta no início do mês de Março.

**FÁBRICA DE MALAS FERREIRA** - Rua da Infantaria, 8 - Braga - cerca de 300 trabalhadores.

O despedimento de 86 trabalhadores, levou os trabalhadores desta empresa

a paralisar dia 5/4, após que a C.T., o Sindicato e a entidade patronal, considerando o risco de falência da empresa, acordaram no despedimento de 76 trabalhadores solteiros. A falta de pagamento das indemnizações levou novamente à greve em 2/5.

**FÁBRICA PORTUGUESA DE MATERIAL ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO, LDA** - Vila Nova da Gaia

Um delegado sindical é suspenso, segundo a gerência para "defesa da disciplina que sirva o interesse geral".

**FACEL** - Fábrica de conjuntos electrónicos - Alcoitão -

Perante o corte do aval de Estado e o conseqüente risco de desemprego de cerca de 200 trabalhadores, a C.T. e os sindicatos procuram obter uma entrevista com o ministro da Indústria e Tecnologia. Em apoio destes, os trabalhadores fazem uma concentração a 5/5, em frente do ministério. Com o pretexto de estar "sob pressão" o ministro recusa recebê-los, tendo o chefe de gabinete do secretário de Estado marcado uma reunião.

**FERITEX** - têxteis

Os trabalhadores alertaram para a falta de pagamentos à Caixa Geral de Depósitos e aos próprios trabalhadores, em consequência da baixa produção (5%) por falta de matérias-primas. As máquinas estão penhoradas. Em Maio de 76 o patrão abandonou a empresa, assinando documentos e cheques fora dela e desde há meses que se aguarda uma solução pelo MIT.

**FORD LUSITANA** - Reunidos em plenário na Azambuja, os trabalhadores repudiam a atitude da administração ao despedir um ex-membro da C.T. e ex-delegado sindical, responsabilizando-a pelas conseqüências da sua tentativa de intimidar os trabalhadores e da criação de um clima de desestabilização.

**GARAGEM HERCULANO** - A empresa fechou após os trabalhadores aceitarem o despedimento com o pagamento das indemnizações legais (fins de Fevereiro).

**GRÁFICOS** - Na sequência da luta pelo C.C.T. vertical, com a proposta apresentada no M.T. desde Junho de 76 pelos sindicatos, os trabalhadores gráficos, de cartonagens e afins, com excepção das empresas jornalísticas, paralisaram na manhã de 24/3. Além da negociação, os trabalhadores pretendem a publicação de uma Portaria definindo o âmbito do CCT, segundo as conclusões de uma comissão técnica nomeada pelo M.T. que verificou a viabilidade de um único contrato para o sector. O patronato pretende contratos separados, recusando-se a negociar o CCT vertical ou a participar na referida comissão técnica.

**GRAFILARTE** - Águeda - tipografia

O delegado sindical foi integrado e o patrão comprometeu-se a pagar os dois dias de greve, aos operários com ele se solidarizaram.

**QUERIN** - 1600 trabalhadores.

Um despacho oficial prevê a reprivatização da empresa a partir de 15/3, com continuação do controle de gestão pela comissão de trabalhadores, nos termos legais. A 10/3 numa conferência de

imprensa após um plenário de trabalhadores, estes manifestam-se firmemente contra a entrega da empresa ao patrão, que acusa de ser sabotador e de cometer fraudes. Consideram que a reprivatização porá em perigo os postos de trabalho e propõem a formação de uma empresa pública e o início de estudos para a reconversão da empresa no prazo de três meses. Informam que os trabalhadores paralisarão para discutirem novas formas de luta logo que se verifique a entrada do José Machado ou se não forem aceites as suas propostas. Na manhã de 16/3, perante o regresso do patrão, 1.400 trabalhadores entram em greve conforme decisão do plenário. Segundo os delegados sindicais e a C.T., José Machado dirigira-se aos trabalhadores dizendo-lhes que eles deveriam trabalhar mais e melhor sem pensarem em plenários e política — que não deviam exigir, mas sim pedir; e declarou que o seu objectivo era evitar o aval para que não houvesse contróle por parte do ministério, pois queria "agir à vontade".

No dia 19 o director financeiro é despedido pelo patrão, o que segundo a C.T. é devido ao facto daquele estar ao lado dos trabalhadores. A 20, os trabalhadores denunciam que o patrão faz transferências bancárias, contrariamente ao que eles defendem e contra o estipulado no CCT são transferidos trabalhadores.

Durante a greve vários sindicatos, associações e trabalhadores manifestaram-se solidários com a luta. No dia 21 o secretariado das C.Ts. da cintura industrial de Lisboa apelou à solidariedade da classe operária, declarando que: "nenhuma C.T. deve evitar o máximo de esforços para que esta luta não seja isolada e derrotada no silêncio". No dia 22 paralisam as bombas de gasolina de Pedrouços e Alfragide em protesto contra a falta de informação sobre a luta no telejornal, enquanto, por outro lado, foi lido um comunicado da gerência.

A C.T. é mandada do M.T. para o MIT e deste de novo ao M.T. sem conseguir ser ouvida. Só o conseguindo dois dias depois. Tentativas de se avistarem com o C.R. e o P.R. também não tiveram êxito. As C.Ts. continuaram a ter muita dificuldade de se avistarem com os responsáveis pelos ministérios (o M.T. considerava o problema não laboral). No fim da luta a Comissão Coordenadora das C.Ts. e dos delegados sindicais acusaria o MIT de ter desmobilizado a luta e de ter fugido ao diálogo prometido.

A 23/3 os trabalhadores suspenderam a greve e passaram a ocupar as instalações, impedindo a entrada dos administradores, saneados e últimos admitidos, após uma reunião de C.Ts. e delegados sindicais. Às 10.30h. após a PSP intervir, para forçar a entrada da administração na sede, os trabalhadores entram de novo em greve desocupando os escritórios. A PSP também compareceu noutros departamentos, enquanto em Alfragide foi a GNR que forçou a entrada de um elemento afecto ao patrão.

Na manhã de 24 a Metalúrgica Duarte Ferreira paralisou alguns minutos

de apoio a esta luta, enquanto novas manifestações de solidariedade surgiam. Por esta altura os trabalhadores declararam não quererem transformar esta luta numa luta política, mas sim garantir a manutenção dos postos de trabalho.

Os trabalhadores da tesouraria, embora não reconhecendo a administração voltaram ao trabalho no dia 24 — os trabalhadores dos serviços pareciam ser o principal alvo dos ataques da administração. A 25/3, enquanto a administração despede mais dois economistas os trabalhadores criam um fundo de greve. Perante a proximidade do fim do mês, que joga a favor dos patrões e do governo, os trabalhadores declaram-se dispostos a fazer sacrifícios e a não ceder, mas poucos dias depois a greve é suspensa. Com o fim da greve todos os antigos administradores regressam e o processo de reconversão é travado.



**HOECHST PORTUGUESA** - capital alemão - indústria química - Mem Martins

Para forçar a readmissão de um operário despedido, depois de um processo ilegal, os trabalhadores ameaçaram entrar em greve.

**INDÚSTRIA LUSITANA DE ÓPTICA** - Um patrão agride fisicamente trabalhadores. Por outro lado instaura processos disciplinares a outros sete, isto levou à paralisação dia 23/3 tendo a GNR estado presente. Dois dias depois parte dos trabalhadores voltou ao trabalho, mas reunidos em plenário a 1/4 reafirmam que os suspensos deverão continuar ao serviço e que o inquérito instaurado deverá ser feito conforme a lei, sem que os trabalhadores tenham que responder aos interrogatórios do patrão Manuel Souto.

**INMA** - tipografia - Porto.

Havendo um conflito desde Dezembro de 74, altura em que os trabalhadores recusaram a proposta do patronato, a empresa está agora em vias de falência. No início de 77, 17 trabalhadores aceitam a proposta do patrão - Cruz Santos - e 10 continuam a rejeitá-la. Entretanto 7 empregados são despedidos e denunciam as irregularidades e a intenção do patrão descapitalizar a empresa.

**INTENTO** - metalúrgica - Alverca - 850 trabalhadores.

Quando o governo decide a reprivatização desta empresa, os trabalhadores repudiam-no e lembram que a intervenção estatal foi feita a pedido do patrão que não conseguia geri-la. Na altura da desintervenção os patrões recusaram-se a assumir a administração se o governo não satisfizesse as suas reivindicações. Segundo os trabalhadores aqueles pretendem o despe-

dimento de cerca de 300 trabalhadores e a obtenção de um elevado empréstimo. O vazio administrativo poderia levar à paralisação da empresa, pelo que os trabalhadores exigem credenciais para a C.T. e preparam-se para a luta se não lhes forem dadas garantias do funcionamento normal da empresa, da salvaguarda dos postos de trabalho e das conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

**INVICTA** - têxteis - Porto - 40 trabalhadores. Numa situação em que o patrão deve salários atrasados aos trabalhadores, foram instaurados 14 inquéritos disciplinares com suspensão, mas os visados permaneceram no local de trabalho, o que levou o patrão a recorrer à PSP.

**JANSON** - 80 trabalhadores

A 9/3 os trabalhadores preparam-se para a luta pela manutenção dos postos de trabalho face à intenção patronal de abrir falência e isto sem que lhes tenham sido pagos os salários de Fevereiro.

**J.F. AZEVEDO & SILVA** - 400 trabalhadores.

Reunidos em Assembleia geral para resolver o problema posto por falta de pagamento de salários (três meses em atraso e o 13º mês), os trabalhadores aprovam o pagamento de "vales" em termos equitativos. A administração contraria esta decisão e em 3/3 os trabalhadores paralisam. A administração reage despedindo 13 trabalhadores, dos quais 4 são delegados sindicais.

**LINCURI** - metalúrgica - concessionária Ford - Lisboa.

Os trabalhadores das instalações de Lisboa e Odivelas entraram em greve na tarde do dia 4/5, como forma de protesto contra a suspensão de um delegado sindical acusado de ter utilizado abusivamente o duplicador em comunicados da C.T. Por trás desta decisão está também um problema de carências sobre o 1º de Maio.

**LINGADORES** - Lezírias

Divergências na interpretação por parte do sindicato e patronato acerca da portaria de regulamentação do trabalho, originaram a paralisação dos trabalhadores lingadores em fins de Fevereiro. Em 28/2 reunidos em plenário, pressionados pelo governo que ameaçava uma requisição civil, decidiram voltar ao trabalho, procurando novas vias para resolver o problema.

**LIFAPO** - faianças e porcelanas - fiação do Porto. Após 12 dias de greve os trabalhadores conseguem em fins de Fevereiro condições idênticas às da sede de Coimbra.

**LUSALITE** - Cruz Quebrada - produção de fibrocimento - cerca de 1000 trabalhadores. Os trabalhadores opõem-se à reprivatização, propondo a criação de uma empresa mista. Em plenário nos princípios de Maio decidem opor-se à entrada do patrão e prevêem a efectivação de vendas directas, como meio para garantirem o prosseguimento da laboração sob o seu contróle.

**MADEIRAS** - Os trabalhadores das indústrias das madeiras paralisaram dia 6/4, uma hora pela manhã e outra à



tornasse numa vitória e fez com que todas as nossas reivindicações fossem conseguidas." ... "Queremos que todas as fábricas do país conheçam a nossa luta e aprendam com ela (...) Nós estamos vigilantes. O Lapa que não pense que nos tapou a boca, porque agora estamos mais firmes do que nunca". Este um extracto de um comunicado dos trabalhadores desta empresa em 13/4.

**TÊXTEIS** - cerca de 30.000 trabalhadores. Continuam a verificar-se greves parciais neste sector (1 hora de paralisação em cada turno e 1/4 hora de duas em duas horas), enquanto o M.T. se esforça por conseguir um acordo com as Associações patronais sobre os pontos mais importantes do CCT. No dia 3/3 verificou-se uma nova paralisação. Um plenário a 7/3, realizado em Eiró - Gouveia, um grupo de ciganos armados de matracas e armas de fogo, foi interrompido. No dia 14/3 foi acordado no M.T. entre os trabalhadores e o patronato, os pontos da cláusula 3ª (origem do impasse) em que os salários e subsídios de férias deverão ter efeitos retroactivos desde 1/1, e o contrato terá o prazo previsto na lei de 18 meses.

**TÊXTEL ALMURADA** - Fafe - 800 trabalhadoras - fábrica de malhas. Em Agosto de 75 as instalações foram destruídas por incêndio. Ao mesmo tempo que a reconstrução se vai fazendo 380 operários continuam a trabalhar, os restantes recebem subsídios de 60% do Fundo de Mão-de-obra e 25% do patrão. Dado que o prazo de concessão do subsídio está prestes a terminar, os trabalhadores tentam ser admitidos. O patrão diz não ter possibilidades. No dia 13/4 um grupo de trabalhadores nestas condições entrou na fábrica e tentou que os colegas paralisassem em apoio à sua causa. Houve confusão e paralisação por 2,5 horas. No dia seguinte a fábrica não abriu e no dia 15 apareceu a polícia, que só deixou entrar os que trabalham. Houve uma paralisação simbólica por breves momentos. A 26/4 os trabalhadores reuniram-se em plenário para discutirem uma proposta da administração, em que esta se compromete a reintegrar todo o pessoal suspenso num prazo de 18 meses. A entidade patronal compromete-se a pagar 10% dos vencimentos até ao regresso laboral. Aguardam o parecer governamental sobre se os trabalhadores suspensos continuarão a receber os subsídios do Fundo da Mão-de-Obra.

**TÊXTEL DO CANEIRO** - Braga - 300 trabalhadores. Paralisa novamente esta empresa cujos trabalhadores não recebem salários desde Janeiro. A 18/3 realizou-se uma manifestação pelas ruas de Ruães (cidade onde está instalada a fábrica) em que os trabalhadores tornaram pública a difícil situação financeira da empresa. No dia 5/5 os trabalhadores ocuparam as instalações da delegação do MT, enquanto uma Comissão se avistava com o delegado tendo este informado que haveria naquele dia uma reunião com os responsáveis da Sec. Estado do Emprego e da Indústria Ligeira com o objec-

tivo de se encontrar solução para a sobrevivência da empresa.

**TÊXTEL JOÃO DUARTE** - Cerca de 600 trabalhadores - Barcelos. Devido à falta de pagamentos dos retroactivos de 75 e de metade dos salários de Abril, os trabalhadores paralisaram dia 12/5, tendo retido no escritório o patrão até às 21 horas, altura em que a PSP apareceu no local e o libertou. Junto à fábrica apareceram trabalhadores doutras empresas que apedrejaram a PSP, tendo esta utilizado gases para a dispersão.

**TÊXTEL RAINHA DO CAVADO** - fábrica de confeções e têxtil. Em auto-gestão desde Maio de 75. A maioria dos trabalhadores concorda com o regresso dos patrões pois, "não temos dinheiro, não temos organização para o produzir, não temos valores, não temos mercados nem créditos".

**TOMÉ FETEIRA** - Fábrica de Linas - Vieira de Leiria. Ex-patrão: Albano Feteira e os seus 3 filhos. 620 trabalhadoras. Reprivatização prevista para 1 de Abril. A 22/3 os trabalhadores, reunidos em plenário, aprovaram uma proposta de luta contra o regresso do patrão (estavam presentes cerca de 90% dos trabalhadores e houve 14 abstenções). No dia 25/5 houve no concelho da Marinha Grande uma paralisação de 15 minutos como forma de protesto pela devolução da fábrica ao ex-patrão (esta paralisação foi convocada pelos sindicatos da Indústria Vidreira e dos Metalúrgicos e apoiada pelo Secretariado das C.Ts. do concelho). À tarde houve uma manifestação em frente à Câmara Municipal da Marinha Grande. Durante a intervenção estatal houve um aumento de produtividade de 3% e cumpriu-se o CCT. A intervenção estatal ocorreu em Abril de 76, após uma greve de 2 meses, provocada pela recusa do patronato em cumprir as tabelas salariais e todos os acordos feitos com os trabalhadores. A 4/4 elementos da CT avistam-se com o chefe de gabinete do MIT, enquanto que os ex-patrões ainda não compareceram na fábrica. Os trabalhadores propõem a transformação da empresa em capital misto. A 30/4, os trabalhadores manifestaram-se em frente do Banco Pinto & Souto Mayor de Leiria, enquanto os advogados do sindicato e representantes dos trabalhadores reuniam com os responsáveis. Motivo: o pagamento dos salários, que vieram a conseguir receber.

**VIDREIROS** - Acusando as associações patronais pelas tabelas de retribuição apresentadas a 9/3 na reunião, procurando entrar as negociações em curso e em última análise a divisão dos trabalhadores, a CNS anunciou uma paralisação para dia 10/3, das 10 às 12 horas. Após a paralisação, o patronato do Sul mostrou-se receptivo às reivindicações dos trabalhadores. No Norte isso não aconteceu e os trabalhadores voltaram a paralisar a 11/3. Esta paralisação viria a ser suspensa às 18 horas do dia 13/3, para os trabalhadores pensarem em novas formas de luta. O patronato do Norte pediu a passagem à conciliação.

## CONSTRUÇÃO CIVIL



Cerca de 350.000 trabalhadoras. Reivindicando a entrada em vigor das novas tabelas salariais, insurgindo-se contra os despedimentos e contra a sabotagem patronal às negociações, os trabalhadores deste sector fizeram uma paralisação nacional no dia 3/3. Mais tarde foi publicada a Portaria com os novos salários mínimos que foi contestada pela CNS.

**ARTUR SILVA CAMPOS** - cerca de 150 trabalhadores. Vila Nova de Famalicão. Reivindicando o cumprimento da recente portaria da tabela salarial, os trabalhadores ocuparam os escritórios da empresa, em meados do mês de Maio. Na noite da ocupação o piquete de vigilância (cerca de 20 trabalhadores) foi obrigado a retirar-se face à violência utilizada por um grupo de ciganos e polícias à paisana, segundo informou o Sindicato.

**COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA** - Norte. Pensando que havia paralisação nacional e como forma de apoio à CNS nas negociações do CCT, trabalhadores desta empresa em serviço numa obra, paralisaram no dia 11/3 de manhã. A entidade patronal puniu estes trabalhadores com três dias de suspensão.

**ENOBRA** - cerca de 1.400 trabalhadores. Nesta empresa já diversas paralisações parciais ocorreram. No dia 18/4, entraram em greve reivindicando: subsídio de Natal de 76, 20 dias de subsídio de férias de 75/76, actualização das novas tabelas salariais e respectivos retroactivos desde Janeiro de 77.

**E.R.G. MOITA** - cerca de 200 trabalhadoras. Entraram em greve no dia 8/3 exigindo a reintegração de um delegado sindical e de dois elementos da C.T. suspensos pela administração.

**J. PIMENTA** - No dia 14/4 os trabalhadores paralisaram durante uma hora protestando contra o Ministério de Habitação, Urbanismo e Construção, a quem atribuem o mau funcionamento da empresa. A 26/4 concentraram-se em S. Bento e entregaram ao Conselho de Ministros um documento exigindo uma imediata posição governamental quanto ao futuro da empresa. Mais



tarde a administração pretende pagar salários apenas a 30 trabalhadores. Estes decidiram entrar em greve pressionando a administração a pagar a todos ou a nenhum. Os 36 trabalhadores que constituem a C.T. foram suspensos e proibidos de entrar na empresa pela Comissão Administrativa. A empresa tem cerca de 2.300 trabalhadores.

**EMPRESA ENG. JOSÉ PEREIRA ZAGALO** - Desde há cinco meses que não recebem salários os trabalhadores desta empresa. Como o patrão se recusa a dialogar com os trabalhadores, estes ocuparam as instalações da rua do Ouro, em meados de Maio.

**LUSO-ALEMÃ** - sociedade de construção de pré-fabricados. Os trabalhadores retomaram o trabalho após acordo estabelecido com a entidade patronal. (fins de Fevereiro).

**URBISOL** - O administrador regressa à empresa e agride dois trabalhadores que recebem tratamento hospitalar.

## EXTRACTIVAS

**FÁBRICA DO ZINCO** - Cerca de 50 trabalhadores em greve "contra a repressão patronal e o não cumprimento do CCT" decidiram, em plenário do dia 10/3, recomeçar o trabalho continuando a reivindicar o cumprimento do CCT.

## PESCAS

**PESCADORES ARTESANAIS** - Protestando contra a falta de fiscalização que permite a pesca nas nossas águas territoriais de barcos estrangeiros, pescadores artesanais de Viana do Castelo e da Póvoa do Varzim interromperam a sua faina (princípios de Maio).

**PESCADORES DA MADEIRA** - cerca de 2.000. Terminou 5 dias depois a greve realizada por estes pescadores quando o Governo Regional impôs uma nova tabela de preços de venda ao público - reivindicação feita há muito por estes pescadores.

**PESCADORES DA SARDINHA** - Matosinhos. Cerca de 1.400 pescadores. Reivindicando novos vencimentos a 56 armadores de sardinha, a maioria dos pescadores não saiu para o mar em 18/4, dando início à greve.



## AGRICULTURA

**AVIÁRIO DO FREIXIAL** - Trabalhadores das empresas agrícolas da Quinta da Romeira e Ravafe (grupo Freixial) decidiram paralisar durante 15 minutos, no dia 19/4, solidarizando-se com 3 camaradas levados a tribunal pelo trabalho realizado enquanto membros da C.T., durante ano e meio em que o patrão esteve ausente.

**BEJA** - Protestando contra a entrega da propriedade "Herdade Grande", agora U.C.P., cerca de 200 trabalhadores vão ao Centro Regional da Reforma Agrária exigir a revogação da decisão, garantia da não requisição da GNR, garantia de trabalho para os 40 trabalhadores. Houve agressões físicas entre um técnico do CRRA e um trabalhador agrícola. (dia 3/5)

No dia 6/5, mais de 1.000 rurais concentraram-se junto do CRRA, onde se encontrava uma força da PSP, armada com G3 e 1 avião militar passava a baixo voo por cima dos manifestantes. O director do CRRA impôs condições de diálogo que não foram aceites pelos trabalhadores. A polícia considerou a concentração ilegal e deu 10 minutos para a dispersão. Os dirigentes sindicais, utilizando o megafone da PSP, apelaram para que os trabalhadores se dirigissem para a sede do sindicato.

## TRANSPORTES

**AGENTES DE NAVEGAÇÃO (Madeira)** - Os trabalhadores do sector de navegação e tráfego entraram em greve no dia 30/3 reivindicando a obtenção de uma Portaria que alargue às ilhas o âmbito do CCT assinado a nível nacional.

**ESTIVADORES** - Reivindicando a aprovação por parte das associações patronais, de novas tabelas salariais, os estivadores estão desde 1/4 em greve do zelo. A 5/4, os sindicatos reuniram-se e considerando que as empresas aceitavam a negociação terminaram com a greve.

**TRANSTEJO** - Esta empresa suspendeu a carreira Lisboa-Alcochete. A população atingida por esta medida reteve um barco Sul/Expresso durante uma noite. Na noite de 15/3 concentraram-se em frente dos Paços do Concelho protestando contra a suspensão daquela carreira.

**TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO** - No dia 10/5 os trabalhadores iniciam uma greve da mala como forma de luta pela publicação do ACT. No dia 11 diminuiu o número de adesões à greve, sobretudo no grupo dos cobradores. Nalguns pontos houve conflitos entre os cobradores e os trabalhadores das oficinas. A gerência ameaça não pagar os dias de greve (prejuízos de 600 contos diários). A Comissão de luta revela que houve 30% de adesões

à greve na Areosa, 100% na Carcereira e Boavista. No dia 12, os trabalhadores, em plenário, reafirmam a continuação da greve e decidem passar a direcção da luta para os sindicatos. No dia seguinte realizam uma manifestação que se juntou a uma dos estudantes, tendo realizado um comício



conjunto. A greve da mala acabou no dia 14; dos 400 cobradores apenas 7 se mantêm solidários com os trabalhadores das oficinas bem como alguns trabalhadores administrativos.

## COMÉRCIO

Os trabalhadores deste sector manifestaram-se no dia 28/2, no Rossio, e no dia 4/3 no Porto, "em defesa da semana inglesa e pela participação dos trabalhadores na elaboração dos seus horários de trabalho".

**ARMAZENISTAS DE MERCEARIA** - Os trabalhadores deste sector paralisaram, no dia 1/4, para pressionarem o patronato à negociação do CCTV.

**CADEIROS DE BRAGA** - Entraram em greve no dia 5/5 face à atitude dos comerciantes de Braga, através da sua associação, de pretenderem alargar o prazo de vigência do CCT de 12 para 18 meses, protelar a entrada em vigor daquele, dar um aumento de 9% e não os 15%.

No dia 10, para não prejudicarem o público consumidor suspendem a greve.

**CADEIROS DO FUNCHAL** - concentração média de trabalhadores por estabelecimento comercial: 7,5-8. Escriitórios: 1.500 trabalhadores. Iniciaram no dia 13/5 uma greve como forma de luta para a satisfação das suas reivindicações: aumento salarial de 30% (o patronato pretende só 11-12%), data da vigência do novo CCT - 30/12/76, 40 horas semanais. A adesão foi de cerca de 75%.

**FARMÁCIA EM BALTAZ** - Esta farmácia foi ameaçada de despejo judicialmente. Este não se chegou a concretizar porque centenas de pessoas que ali se concentraram impediram-no (dia 25/2).

A CNR carregou sobre as pessoas, tendo sido cerca de dez hospitalizadas, bem como dois guardas.

**SUPERMERCADOS INVICTOS** - Porto - 10 lojas. Suspendo há vários meses, acabou por ser despedido um trabalhador deste supermercado em meados de Março. Os seus camaradas paralisaram durante uma hora no dia 15/3, prevendo novas paralizações indo até à greve geral caso o trabalhador não seja reintegrado. A 25/3, os trabalhadores fizeram novo plenário e decidiram paralisação total, mas a adesão foi fraca.

## TURISMO

**AGÊNCIAS DE VIAGEM** - cerca de 2.400 trabalhadores (setor privado). Em Assembleia Geral realizada a 1/3 os trabalhadores decidiram suspender as formas de luta adoptadas por uma semana, aguardando intervenção superior. No

entanto, voltam a paralisar no dia 9 por não terem recebido resposta aos contactos efectuados. No dia 10, em plenários realizados em várias cidades do país decidem uma paralisação com ocupação dos locais de trabalho e formação de piquetes para os dias 11, 15 e 16. No dia 15, reunidos no MF, a CNS e o patronato chegaram a uma possível plataforma para a solução do conflito. Nessa reunião ficou estabelecido que a publicação da Portaria de extensão seria feita no boletim do MF no dia 30.

**GRÃO-PARÁ** - 1.700 trabalhadores - turismo e construção civil. No dia 17/3 os trabalhadores concentram-se junto das instalações da ENATUR, pressionando a concessão do aval necessário ao pagamento dos salários de fevereiro. Mais tarde (dia 15/4) cerca de 30 trabalhadores afectos à antiga administração ocuparam a sede para impedirem a saída de cheques ou qualquer outro documento.

**HOTEL IMPALA** - Quatro trabalhadores deste hotel foram condenados a 30 dias de prisão (pena suspensa) por terem acusado, quando membros da C.T., o ex-gerente Seixas de "actividades pidescas", facto que o tribunal não considerou provado.

**MADEIRA** - Como forma de protesto pela actuação da direcção do sindicato da indústria hoteleira e similares do Funchal, um grupo de associados ocupou, no fim de semana 16-17/4, a sede daquele sindicato. O governo regional deu um prazo para a desocupação, findo o qual a PSP procedeu violentamente à desocupação. Em face disto, houve uma manifestação em frente do governo regional; a PSP carregou mais uma vez, ferindo não só manifestantes como turistas. À noite o carro do presidente do sindicato foi incendiado. Os trabalhadores de diversos hotéis desta ilha entraram em paralisação parcial como forma de protesto pelos acontecimentos, bem como

pela demissão da direcção sindical.

**PASTELARIA SÃO CARLOS** - Em autogestão há 18 meses. A PSP ocupou a pastelaria (princípios de Março); esta ocupação parece vir na sequência de uma ordem do tribunal.

## SERVIÇOS

**MARCONI** - Devido ao impasse surgido nas negociações do novo ACT (tabela salarial: os trabalhadores querem um aumento de 1.200\$00 e a administração de 800\$00), os trabalhadores paralisaram no dia 25/2, das 15-18 horas, voltando a paralisar no dia 8/3, das 14,30 às 18,30. No dia 9 realizaram um plenário tendo decidido passar à fase de arbitragem.

**SECURITAS** - Capital suéco- vigilância e alarmes. Devido ao não cumprimento integral do ACT, por parte do patronato (em vigor desde 75) e segundo decisão do plenário efectuado em 11/3 os trabalhadores entraram em greve progressiva a partir das zero horas do dia 21, tendo durado 3 dias após satisfação das principais reivindicações dos trabalhadores.

## FORA DA PRODUÇÃO

**LUTA ESTUDANTIL** - No dia 29 de Abril os estudantes de Coimbra entram em greve pela reabertura da Faculdade de Ciências sem os professores saneados.

Em Lisboa e Porto, os estudantes manifestam a sua solidariedade com os seus colegas de Coimbra, levando a cabo uma jornada de luta a nível nacional.

Em Lisboa existe grande descontentamento em certas escolas. Assim, o ISCSP continua encerrado por ordem do MEIC e o Instituto Superior de Economia não vê a Comissão Directiva eleita reconhecida ministerialmente

(esta escola é gerida pelo Conselho Científico).

No Porto, na sequência dos acontecimentos que levaram à realização dos exames de reavaliação no Governo Civil do Instituto de Psicologia, os estudantes manifestaram-se junto do Governo Civil, tendo a PSP carregado selvaticamente. Além de se terem registado vários feridos, um estudante foi preso. Aquando do julgamento deste estudante, a polícia voltou a carregar sobre os estudantes que se concentraram junto do Tribunal solidarizando-se com aquele camarada. Registraram-se vários feridos, alguns com gravidade.

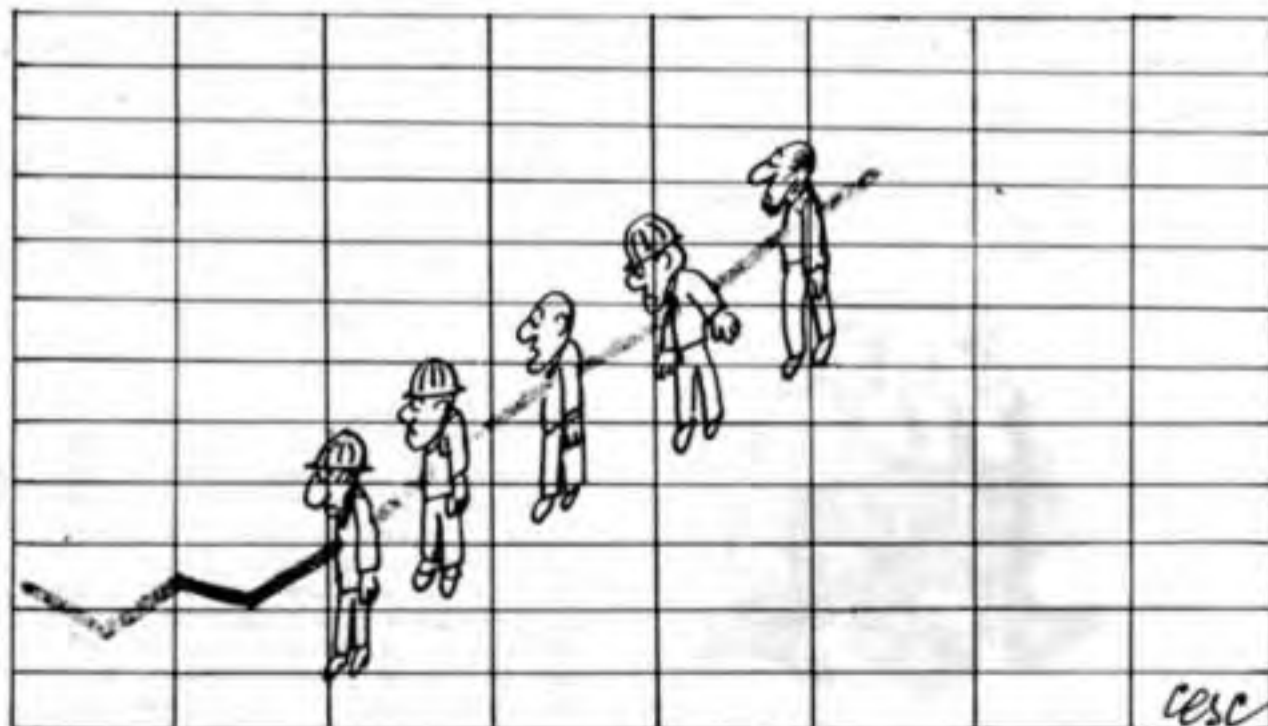
Em Coimbra, no decorrer da greve os trabalhadores manifestam-se em conjunto com os estudantes. A greve continua.

**PRISÃO DE CUSTÓIAS** - Protestando contra deficiências de alimentação e uma agressão num detido, os presos comemoraram o 25 de Abril com greve de fome, tendo decidido que os alimentos fossem distribuídos pelos pobres de Matosinhos.

**SOALHEIRA** - A exemplo do que aconteceu no dia 20/3, o povo da Soalheira no dia 27/3 postado na via férrea paralisou uma composição durante 5 horas e 46 minutos. A população desta localidade exige a paragem de um maior número de comboios neste apeadeiro.

## HABITAÇÃO

**DESPEJO** - No dia 5/4 a polícia de choque desocupou cerca de 63 pessoas, quase todos retornados, de um prédio de três andares pertencente à viscondessa de Asseca. Aquando da ocupação o prédio estava devoluto. O tribunal apenas provou o direito de posse dos proprietários e a ocupação como ilegal.



CESC